



RESOLUÇÃO Nº 71, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO da Universidade Federal do Pampa, em sua 50^a Reunião Ordinária, realizada no dia 27 de fevereiro de 2014, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 19 do Estatuto da Universidade, pelo Art. 15 do Regimento Geral; considerando o disposto no Inciso II do Art. 10 da Resolução nº 33/2011 – Regimento do CONSUNI; e a proposta encaminhada pelo Gabinete da Reitoria, por meio do Processo nº 23100.000039/2014-16,

RESOLVE:

APROVAR o seguinte PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI (2014 – 2018).

ULRIKA ARNS
Reitora

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2014 - 2018

PDI UNIPAMPA

2014-2018



A Fundação Universidade Federal do Pampa é uma fundação pública vinculada ao Ministério da Educação com o objetivo de ministrar Ensino Superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional mediante atuação *multicampi* na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul.

Reitora

Ulrika Arns

Vice-Reitor

Almir Barros da Silva Santos Neto

Pró-Reitor de Administração

Everton Bonow

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis e Comunitários

Simone Barros de Oliveira

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Vera Lúcia Cardoso Medeiros

Pró-Reitora de Gestão de Pessoal

Claudia Denise da Silveira Tôndolo

Pró-Reitora de Graduação

Elena Maria Billig Mello

Pró-Reitora de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação

Vanessa Rabelo Dutra

Pró-Reitor de Pesquisa

Eduardo Ceretta Moreira

Pró-Reitor de Pós-Graduação

Ricardo José Gunski

PDI UNIPAMPA

2014-2018

Coordenação:

Alessandro Vasconcelos de Souza
Carolina Freddo Fleck
Ísis Born Machado
Jorge Luiz Costa da Silva
Rafael Martins Sais

Colaboração:

Amélia Rota Borges de Bastos
Assessoria de Comunicação Social (ACS)
Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação (NTIC)

Revisão de texto:

Amanda Medeiros Braga
Lisiane Inchauspe de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

U58p	Universidade Federal do Pampa Plano de Desenvolvimento Institucional 2014 -2018 -- Bagé: UNIPAMPA, 2013.
	1. Desenvolvimento Institucional. 2. Planejamento Estratégico. 3. Universidade. I Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação. II Título CDD 378

Bibliotecária Responsável:
Vanessa Abreu Dias
CRB-10/1756

PDI UNIPAMPA

2014-2018

APRESENTAÇÃO

Apresentamos o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) para o período de 2014-2018; documento elaborado ao longo de 2013 e que traz as marcas da forma participativa com que procuramos conduzir o dia a dia desta Instituição. É a partir deste planejamento plurianual que vamos pautar nossa prática enquanto gestores, educadores, técnico-administrativos e discentes empenhados em contribuir para que a UNIPAMPA cumpra a missão para a qual foi criada: “promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional”.

O conhecimento do PDI será imprescindível para nossa atuação profissional, por isso, consultá-lo deverá ser uma prática usual em todas as esferas institucionais. Desejamos que este não se limite a um documento oficial, mas que represente o mapa que aponta nosso campo de atuação, nossos objetivos e metas, construído com a participação de todos os membros da comunidade acadêmica, que reconhecerão suas ideias e por vezes palavras nas linhas que seguem.

Nosso PDI serve ainda de baliza para atuação na região em que estamos sediados e com a qual estamos comprometidos, e sua execução merece ser acompanhada pela sociedade, a quem prestamos contas de nossa atuação.

Finalizamos esta apresentação convidando todos a apropriarem-se deste PDI, tendo este como um plano que expresse claramente as políticas acadêmicas e estratégicas, fundamentadas na vocação da UNIPAMPA, com vistas à sua realidade institucional.

ULRIKA ARNS
Reitora

METODOLOGIA

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com validade para os próximos cinco anos, é fruto do trabalho coletivo da comunidade acadêmica ao longo do ano de 2013, tendo como objetivo o planejamento da consolidação e expansão da Universidade, para seu período de vigência.

Sua construção foi pautada por metodologias participativas viabilizadas pelo uso das tecnologias da informação e por momentos coletivos de planejamento em cada um dos dez *campi*, que permitiram a aproximação dos servidores neste importante momento da vida da Universidade, apesar das distâncias geográficas que caracterizam a instituição *multicampi*.

A sistematização do processo de planejamento coletivo deu-se a partir do lançamento da Campanha “*Eu Quero Planejar o Futuro da Minha Universidade*”.



Além da conscientização da importância deste momento para o futuro da UNIPAMPA, a campanha anunciou as ferramentas utilizadas para a realização do trabalho, sendo essas virtuais e presenciais, e as diferentes etapas envolvidas no processo de construção coletiva. As principais ferramentas de comunicação com a comunidade acadêmica, na campanha e durante todo o processo de construção do PDI foram o site criado especificamente para o trabalho com o Plano de Desenvolvimento Institucional; cartazes e vídeo institucional

divulgados nos *campi*; página em rede social; reportagens no site principal e um informativo mensal para o Conselho Universitário (CONSUNI) sobre todas as etapas de desenvolvimento do PDI.

Toda a metodologia para construção do PDI foi pensada para garantir o máximo de participação da comunidade acadêmica. Em um primeiro momento foi

PDI UNIPAMPA 2014-2018

realizado um processo de construção textual com as Pró-reitorias, que deu origem aos documentos por eixos temáticos (a partir dos itens indicados nas diretrizes de elaboração de um PDI estabelecidas pelo Decreto nº 5.773/2006). Esses documentos foram então disponibilizados para a primeira etapa, denominada virtual, que foi pensada como um momento de contribuição das diferentes Unidades Universitárias e administrativas da Instituição sob os tópicos que estão apresentados neste plano. A participação aconteceu via enquetes publicadas no menu Módulo Virtual, do site do PDI, e via moodle (utilizando os dados de acesso ao sistema pelos membros da comunidade acadêmica), onde foi possível contribuir na construção do PDI.

O módulo virtual também foi pensado como forma de dinamizar o debate antes da fase presencial, permitindo ainda o registro das contribuições de modo mais rápido e coletivo. Nesta etapa os interessados puderam indicar aquilo que desejam para a construção e o desenvolvimento daqueles elementos que a Universidade precisará priorizar entre 2014-2018.

Na segunda etapa, denominada presencial, a equipe que coordenou a elaboração do documento junto com a Gestão esteve nas Unidades (totalizando 11 encontros presenciais) debatendo os pontos levantados como importantes pela comunidade acadêmica na etapa virtual e recebendo mais contribuições para o PDI. As sugestões coletadas foram compiladas em releases das reuniões que passaram por análise de conteúdo e foram inseridas no texto do PDI e serviram de base para a construção do Planejamento Estratégico que consta no documento.

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional contou ainda com a colaboração de comissões de representação dos *campi* e da Reitoria. Essas comissões, também denominadas equipes revisoras, foram compostas por três membros (um discente, um docente e um técnico) de cada Unidade da Universidade. Essas comissões tiveram papel importante para a construção do documento final, tendo sido responsáveis por analisar a segunda versão do documento, já com o Planejamento Estratégico, e apresentar sugestões de revisão, na forma de emendas aditivas, supressivas e modificativas. A partir dessas contribuições, foi estruturada a versão final do PDI para aprovação do Conselho Universitário.

PDI UNIPAMPA 2014-2018



Todas essas etapas buscaram a participação de servidores e acadêmicos, com o intento de garantir a escuta das diferentes demandas de cada uma das categorias e de seus respectivos *campi*, garantindo ao planejamento o respeito à singularidade dos atores e espaços que integram a Universidade.

O resultado deste trabalho constitui o presente documento que, muito além de cumprir com os imperativos legais sobre o tema, pretende balizar as ações da Universidade, anunciar seu futuro que, com a participação e colaboração de todos, tornar-se-á cada vez mais próximo.

Espera-se que este documento, construído a partir da escuta atenta das vozes da Instituição, garanta, apesar da diversidade que caracteriza a Universidade, a unidade do “projeto de UNIPAMPA”, construído por aqueles que aceitaram sonhar esta Universidade para os próximos cinco anos.

Espera-se também que este documento seja um convite para todos aqueles que querem conhecer o passado recente da UNIPAMPA e colaborar para a tecitura da sua história.

PDI UNIPAMPA
2014-2018



LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Eixos e Objetivos do Planejamento.....	20
Quadro 2 - Cursos e vagas ofertadas no Processo Seletivo SiSU 2013.....	55
Quadro 3 - Dimensões avaliadas	71
Quadro 4 - Dimensão Avaliada por periodo	72
Quadro 5 - Horários de funcionamento das bibliotecas.....	78

PDI UNIPAMPA
2014-2018



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução do quadro de servidores docentes no período 2008 a 2013	51
Tabela 2 - Evolução do quadro de servidores técnico-administrativos no período 2008 a 2013	54
Tabela 3 - Área física dos <i>campi</i> em hectares e metros quadrados construídos	75
Tabela 4 - Acervo Bibliográfico no período 2007-2013	77
Tabela 5 – Acervo por <i>campus</i> no período 2007 - 2013	77
Tabela 6 - Participação da UNIPAMPA no REUNI.....	86
Tabela 7 - Participação da UNIPAMPA na Matriz de Outros Custeiros e Capital.....	86

PDI UNIPAMPA

2014-2018

LISTA DE SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACG - Atividades Complementares de Graduação
AEE - Atendimento Educacional Especializado
ANDIFES - Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCA - Comissão Central de Avaliação
CEaD - Coordenadoria de Educação a Distância
CIP - Centro de Interpretação do Pampa
CLA - Comitês Locais de Avaliação
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONCUR - Conselho Curador
CONSUNI - Conselho Universitário
CPA - Comissão Própria de Avaliação
DE - Dedicação Exclusiva
EaD – Educação a Distância
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
FAPERGS - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
HUVet - Hospital Universitário Veterinário
IES - Instituições de Educação Superior
IFES - Instituições Federais de Educação Superior
LIBRAS - Língua Brasileiras de Sinais
LOA - Lei Orçamentária Anual
MEC - Ministério da Educação
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
NInA – Núcleo de Inclusão e Acessibilidade
NuDE - Núcleos de Desenvolvimento Educacional
NUDEPE - Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal
OCC - Matriz de Orçamento de Custeio e Capital
PampaTec - Parque Tecnológico do Pampa

PDI UNIPAMPA

2014-2018

PAPE - Programa de Apoio à Participação Discente em Eventos
PBDA - Programa de Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico
PBI - Programa de Apoio à Instalação Estudantil
PBIP - Programa de Bolsas de Iniciação à Pesquisa
PBP - Programa Bolsas de Permanência
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PETs - Programa de Educação Tutorial
PI – Projeto Institucional
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBIC/AF - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - Ações Afirmativas
PIBIDs - Programa Interinstitucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PIBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual
PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPC - Projeto Pedagógico de Curso
PRAEC - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários
PROAP - Programa de Apoio à Pós-Graduação
PROBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PROBITI – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação
PROPLAN - Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação.
REUNI - Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SisBi - Sistema de Bibliotecas
SiSU - Sistema de Seleção Unificada
TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação
UFPel - Universidade Federal de Pelotas
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
UNIPAMPA - Fundação Universidade Federal do Pampa

PDI UNIPAMPA

2014-2018

SUMÁRIO

1. PERFIL INSTITUCIONAL	13
2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	23
3. IMPLEMENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	37
4. CORPO DOCENTE	47
5. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	52
6. CORPO DISCENTE.....	55
7. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	65
8. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	70
9. INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS.....	75
10. ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	80
11. ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS	85
REFERÊNCIAS.....	88
ANEXO I – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2014-2018	92

1. PERFIL INSTITUCIONAL

A criação da Universidade Federal do Pampa é marcada por intencionalidades, dentre essas o direito à educação superior pública e gratuita por parte dos grupos que historicamente estiveram à margem deste nível de ensino. Sua instalação em região geográfica marcada por baixos índices de desenvolvimento edifica a concepção de que o conhecimento produzido neste tipo de instituição é potencializador de novas perspectivas.

A expectativa das comunidades que lutaram por sua criação atravessa as intencionalidades da Universidade, que necessita ser responsiva às demandas locais e, ao mesmo tempo, produzir conhecimentos que extrapolam as barreiras da regionalização, lançando-a cada vez mais para territórios globalizados. Esses compromissos foram premissas para a escolha dos valores balizadores do fazer da Instituição, bem como para a definição de sua missão e do desejo de vir a ser (visão de futuro), e passam a seguir a ser explicitados.

MISSÃO

A UNIPAMPA, através da integração entre ensino, pesquisa e extensão, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional.

VISÃO

A UNIPAMPA busca constituir-se como instituição acadêmica de reconhecida excelência, integrada e comprometida com o desenvolvimento e principalmente com a formação de agentes para atuar em prol da região, do país e do mundo.

VALORES

- Ética
- Liberdade
- Respeito à diferença
- Solidariedade
- Transparência pública
- Excelência acadêmica e técnico-científica
- Democracia

HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO

A Fundação Universidade Federal do Pampa é resultado da reivindicação da comunidade da região, que encontrou guarida na política de expansão e renovação das Instituições Federais de Educação Superior, incentivada pelo Governo Federal desde a segunda metade da primeira década de 2000. Veio marcada pela responsabilidade de contribuir com a região em que se edifica - um extenso território, com problemas no processo de desenvolvimento, inclusive de acesso à educação básica e à educação superior - a “Metade Sul” do Rio Grande do Sul. Veio ainda para contribuir com a integração e o desenvolvimento da região de fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina.

O reconhecimento das condições regionais, aliado à necessidade de ampliar a oferta de Ensino Superior gratuito e de qualidade nesta região, motivou a proposição dos dirigentes dos municípios da área de abrangência da UNIPAMPA a pleitear, junto ao Ministério da Educação, uma Instituição Federal de Ensino Superior. O atendimento a esse pleito foi anunciado no dia 27 de julho de 2005, em ato público realizado na cidade de Bagé, com a presença do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nessa mesma ocasião, foi anunciado o Consórcio Universitário da Metade Sul, responsável, no primeiro momento, pela implantação da nova Universidade. Em 22 de novembro de 2005, esse consórcio foi firmado mediante a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação, a Universidade

PDI UNIPAMPA 2014-2018

Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), prevendo a ampliação da Educação Superior no Estado. Coube à UFSM implantar os *campi* nas cidades de São Borja, Itaqui, Alegrete, Uruguaiana e São Gabriel e, à UFPel, os *campi* de Jaguarão, Bagé, Dom Pedrito, Caçapava do Sul e Santana do Livramento. As instituições componentes do consórcio foram responsáveis pela criação dos primeiros cursos da futura Instituição, sendo estes: Campus Alegrete: Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica; Campus Bagé: Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia de Computação, Engenharia de Energias Renováveis e de Ambiente, Licenciatura em Física, Licenciatura em Química, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Letras (Português e Espanhol), Licenciatura em Letras (Português e Inglês); Campus Caçapava do Sul: Geofísica; Campus Dom Pedrito: Zootecnia; Campus Itaqui: Agronomia; Campus Jaguarão: Pedagogia e Licenciatura em Letras (Português e Espanhol); Campus Santana do Livramento: Administração; Campus São Borja: Comunicação Social – Jornalismo, Comunicação Social - Publicidade e Propaganda e o Curso de Serviço Social; Campus São Gabriel: Ciências Biológicas Licenciatura e Bacharelado, Engenharia Florestal e Gestão Ambiental; Campus Uruguaiana: Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia; totalizando 27 cursos de graduação.

Em setembro de 2006, as atividades acadêmicas tiveram início nos *campi* vinculados à UFPel e, em outubro do mesmo ano, nos *campi* vinculados à UFSM. Para dar suporte às atividades acadêmicas, as instituições componentes do consórcio realizaram concursos públicos para docentes e técnico-administrativos em educação, além de desenvolverem e iniciarem a execução dos projetos dos prédios de todos os *campi*. Nesse mesmo ano, entrou em pauta no Congresso Nacional o Projeto de Lei número 7.204/06, que propunha a criação da UNIPAMPA.

Em 16 de março de 2007, foi criada a Comissão de Implantação da UNIPAMPA, que teve seus esforços direcionados para constituir os primeiros passos da identidade dessa nova Universidade. Para tanto, promoveu as seguintes atividades: planejamento da estrutura e funcionamento unificados; desenvolvimento profissional de docentes e técnico-administrativos em educação; estudos para o projeto acadêmico; fóruns curriculares por áreas de conhecimento; reuniões e audiências públicas com dirigentes municipais, estaduais e federais, bem como com

PDI UNIPAMPA 2014-2018

lideranças comunitárias e regionais, sobre o projeto de desenvolvimento institucional da futura UNIPAMPA.

Em 11 de janeiro de 2008, a Lei nº 11.640 cria a UNIPAMPA – Fundação Universidade Federal do Pampa, que fixa em seu Art. 2º:

A UNIPAMPA terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação *multicampi* na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul.

No momento de sua criação, a UNIPAMPA já contava com 2.320 alunos, 180 servidores docentes e 167 servidores técnico-administrativos em educação.

Ainda em janeiro de 2008, foi dado posse ao primeiro reitorado que, na condição *pro tempore*, teve como principal responsabilidade integrar os *campi* criados pelas instituições componentes do consórcio que deu início às atividades dessa Instituição, constituindo e consolidando-os como a Universidade Federal do Pampa. Nessa gestão foi constituído provisoriamente o Conselho de Dirigentes, integrado pela Reitora, Vice-Reitor, Pró-Reitores e os Diretores de campus, com a função de exercer a jurisdição superior da Instituição, deliberando sobre todos os temas de relevância acadêmica e administrativa. Ainda em 2008, ao final do ano, foram realizadas eleições para a Direção dos *campi*, nas quais foram eleitos os Diretores, Coordenadores Acadêmicos e Coordenadores Administrativos.

Em fevereiro de 2010, foi instalado o Conselho Universitário (CONSUNI), cujos membros foram eleitos ao final do ano anterior. Composto de forma a garantir a representatividade da comunidade interna e externa com prevalência numérica de membro eleitos, o CONSUNI, ao longo de seu primeiro ano de existência, produziu um amplo corpo normativo. Dentre outras, devem ser destacadas as Resoluções que regulamentam o desenvolvimento de pessoal; os afastamentos para a pós-graduação; os estágios; os concursos docentes; a distribuição de pessoal docente; a prestação de serviços; o uso de veículos; as gratificações relativas a cursos e concursos; as eleições universitárias; a colação de grau; o funcionamento das Comissões Superiores e da Comissão Própria de Avaliação. Pela sua relevância, a aprovação do Regimento Geral da Universidade, ocorrida em julho de 2010, simboliza a profundidade e o alcance desse trabalho coletivo, indispensável para a implantação e consolidação institucional. Visando dar cumprimento ao princípio de

PDI UNIPAMPA 2014-2018

publicidade, as reuniões do CONSUNI são transmitidas, ao vivo, por Internet, para toda a Instituição, e as resoluções, pautas e outras informações são publicadas no portal www.unipampa.edu.br.

No final do ano de 2011, realizou-se a primeira eleição de reitorado da Universidade e, no final do ano de 2012, eleições para o segundo mandato dos dirigentes dos *campi* e coordenadores de cursos.

No esforço de ampliar as ações da Universidade, em face de seu compromisso com a região onde está inserida, foram criados, nos últimos anos, mais 31 cursos, sendo estes: Engenharia Mecânica, Engenharia Agrícola, Engenharia de Software e Engenharia de Telecomunicações no Campus Alegrete; Licenciatura em Música no Campus Bagé; Licenciatura em Ciências Exatas, Curso Superior de Tecnologia em Mineração, Geologia e Engenharia Ambiental e Sanitária no Campus Caçapava do Sul; Curso Superior de Tecnologia em Agronegócios, Licenciatura em Ciências da Natureza e Bacharelado em Enologia no Campus Dom Pedrito; Ciência e Tecnologia de Alimentos, Nutrição, Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Engenharia de Agrimensura e Matemática no Campus Itaqui; Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, Licenciatura em História e Produção e Política Cultural no Campus Jaguarão; Relações Internacionais, Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública e Ciências Econômicas no Campus de Santana do Livramento; Ciências Sociais – Ciência Política, Relações Públicas e Licenciatura em Ciências Humanas no Campus São Borja; Biotecnologia, Bacharelado e Licenciatura em Ciências Biológicas no Campus São Gabriel; Medicina Veterinária, Licenciatura em Educação Física, Curso Superior de Tecnologia em Aquicultura e Licenciatura em Ciências da Natureza no Campus Uruguaiana.

A oferta desses cursos contemplou, também, o turno da noite em todos os *campi*, contribuindo para a ampliação do acesso ao Ensino Superior e a expansão deste nível de ensino na região de abrangência da Universidade.

Da mesma forma, deu-se a expansão da oferta de ensino de pós-graduação na Universidade: de um curso em 2008, Especialização em Ciência e Tecnologia – Ensino de Física e Matemática, passou-se, no ano de 2012, para 22 cursos, sendo 8 de mestrado e 14 de especialização. Em 2013, iniciaram-se as atividades do primeiro doutorado da Universidade, Doutorado em Bioquímica no Campus

Uruguaiana, e de mais um mestrado, Mestrado Profissional em Tecnologia Mineral no Campus Caçapava do Sul.

A extensão e a pesquisa também foram foco de estruturação e ampliação na Instituição. Atualmente são 312 projetos de extensão registrados em desenvolvimento, o que mobiliza diretamente cerca de 1.500 pessoas entre docentes, discentes e técnicos. Em 2011, havia 264 projetos em andamento e cerca de 1.200 pessoas nas equipes executoras. Como resultados dessas ações e conforme levantamento realizado em fevereiro de 2013, os projetos desenvolvidos nos anos de 2011 e 2012 atingiram um público-alvo de 236.000 pessoas, indo além dos municípios onde a Universidade possui *campi*. Cerca de 30% das ações desenvolvidas pelos extensionistas são resultados de editais, da busca por parcerias e do olhar crítico sobre as necessidades da comunidade. Desde 2011, cerca de 340 professores e técnicos desenvolveram ou estão desenvolvendo alguma atividade de extensão. A extensão, o ensino e a pesquisa estão contemplados com os grupos PETs e PIBIDs que desenvolvem essas ações de forma articulada.

A ampliação da pesquisa deu-se com a implantação de laboratórios direcionados aos Grupos de Pesquisa certificados no CNPq, bem como com o apoio à criação e à consolidação de programas de pós-graduação *stricto sensu*. De 2009 a 2012, foram investidos mais de R\$ 11 milhões, por meio de editais públicos, operacionalizando 285 processos com a importação e entrega, nas Unidades Universitárias, de 128 equipamentos. Adicionalmente ao financiamento externo, a Universidade vem executando aproximadamente R\$ 10 milhões em equipamentos e obras contemplados em editais CT-INFRA Finep. Além dessas iniciativas, políticas de incentivo a bolsas de iniciação científica têm sido implementadas. Com relação ao financiamento externo, o Programa Institucional do CNPq que iniciou com 10 bolsas PIBIC em 2009, hoje conta com 23, além de 12 bolsas PIBITI e 07 bolsas PIBIC/AF desde o ano de 2010. As bolsas provenientes da FAPERGS, que em seu início teve a implantação com 08 bolsas, desde 2011 contabiliza 50 bolsas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC). Outro programa, denominado Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação (PROBITI) iniciou em 2011 com 15 bolsas, as quais se mantiveram desde então. Quanto às bolsas PBDA/Pesquisa, a evolução do número de bolsas, bem como o valor mensal, vem sendo incrementado e, no ano de 2013, foram disponibilizadas

PDI UNIPAMPA 2014-2018

140 bolsas com mensalidades compatíveis com a do CNPq e FAPERGS. Outra iniciativa é o Programa de Bolsas de Iniciação à Pesquisa (PBIP) que está contemplando 40 bolsas no ano de 2013, com a finalidade de fomentar as atividades de pesquisa nos campi.

Os números revelam a franca expansão da Universidade desde sua criação. Com relação ao número de matrículas no ensino de graduação, passou-se de 1.527 alunos no ano de 2006, para 9.080 no ano de 2012. Da mesma forma com relação ao ensino de pós-graduação, que ampliou de 50 alunos matriculados no ano de 2008 para 315 no ano de 2012.

Também são relevantes os números relacionados ao corpo de servidores docentes e técnico-administrativos em educação. Em 2008, havia 237 professores e 148 técnicos. Até o final de 2013, havia 675 docentes, sendo 61,63% doutores e 34,96% mestres, e, 659 técnico- administrativos.

OBJETIVOS E METAS DA INSTITUIÇÃO

O anúncio de futuro que caracteriza o PDI, para além de intenções, requer a definição clara das ações que pretendem concretizá-lo. Neste sentido, é apresentado o planejamento estratégico para os anos de 2014-2018, estruturado a partir das demandas anunciadas pela comunidade acadêmica nas discussões virtuais e presenciais realizadas.

Os quatro eixos estruturantes - Excelência Acadêmica, Aperfeiçoamento Institucional, Dimensão Humana e Compromisso Social - especificam as ações a serem realizadas nos próximos cinco anos de forma a realizar o Perfil Institucional anunciado.

Dentre os temas que compõe o eixo Excelência Acadêmica estão: a tríade ensino, pesquisa e extensão; bibliotecas; inovação; desenvolvimento sustentável; interdisciplinaridade; manutenção e ampliação dos laboratórios de ensino; e outras. No eixo Aperfeiçoamento Institucional, são abarcadas as temáticas afeitas à gestão; à infraestrutura; à comunicação; à consolidação das relações internacionais; e a outras áreas. No eixo Dimensão Humana são trabalhados temas como: dimensionamento de pessoal; encargos docentes; políticas de qualificação e capacitação do corpo de servidores, dentre outros. No último eixo, denominado

PDI UNIPAMPA

2014-2018

Compromisso Social, estão compreendidas: as ações afirmativas; a temática da acessibilidade; as políticas voltadas aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, dentre outras temáticas.

Metodologicamente, o planejamento organiza-se em “Objetivos”, “Iniciativas” e “Indicadores”.

Objetivos: Expressam a intencionalidade do que deve ser feito

Iniciativas: Expressam o que deve ser feito para alcançar o objetivo

Indicadores: Indicam medidas quantitativo-qualitativas que buscam aferir o grau de concretude das iniciativas

No quadro abaixo são demonstrados os eixos e os objetivos que compõem o documento e que, detalhadamente, podem ser consultados no Anexo I, que trará o Planejamento Estratégico da UNIPAMPA estabelecido para os anos de 2014 a 2018.

Quadro 1 - Eixos e Objetivos do Planejamento

Eixo	Objetivos
Excelência Acadêmica	Aperfeiçoar o Ensino de Graduação. Aperfeiçoar o Ensino de Pós-Graduação. Aperfeiçoar as ações de Pesquisa. Aperfeiçoar a Extensão Universitária. Aperfeiçoar as ações de Educação a Distância. Implantar a Editora Universitária e disseminar o conhecimento através dela. Qualificar a participação da Universidade em projetos de Inovação. Promover e desenvolver atividades Integrativas de Ensino, Pesquisa e Extensão. Apoiar a integração entre cursos e dos cursos com a comunidade. Garantir o atendimento Educacional Especializado (AEE) transversalizado no Ensino, na Pesquisa e na Extensão. Construir a internacionalização como política institucional perpassando todos os níveis de atuação através da cooperação bilateral e multilateral com instituições internacionais, para ampliação do programa de mobilidade de toda a comunidade acadêmica. Implementação de uma Política Linguística em nível institucional, incluindo o aperfeiçoamento do corpo discente, docente e técnico-administrativo para favorecer a inserção internacional.

PDI UNIPAMPA

2014-2018

Compromisso social	Acompanhar o discente. Proporcionar condições para a permanência dos discentes na Universidade. Oferecer condições culturais, esportivas e de lazer. Desenvolver ações de aperfeiçoamento e qualificação de profissionais na área de Acessibilidade.
Aperfeiçoamento Institucional	Adaptar a estrutura organizacional frente aos novos desafios e a estrutura <i>multicampi</i> . Aperfeiçoar os processos de comunicação Interna e Externa. Garantir às pessoas com deficiência condições de acesso e permanência na Universidade. Desenvolver mecanismos que aperfeiçoem a Gestão. Implantar a infraestrutura de edificações necessárias às atividades acadêmicas e administrativas. Ofertar serviços e soluções de TIC para a comunidade universitária. Promover a Sustentabilidade Ambiental.
Desenvolvimento Humano	Acompanhar e apoiar o desempenho dos servidores. Dimensionar as necessidades institucionais de pessoal. Promover o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos servidores. Aprimorar a gestão de pessoas buscando a qualidade de vida e saúde do servidor.

ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

A UNIPAMPA exerce seu compromisso por meio do ensino de graduação e de pós-graduação, de pesquisa científica e tecnológica, de extensão e assistência às comunidades e de gestão. Os cursos oferecidos contemplam a formação nas oito

PDI UNIPAMPA 2014-2018



“grandes áreas do conhecimento” (CNPq): Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Linguística, Letras e Artes.

2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

INSERÇÃO REGIONAL

A UNIPAMPA foi estruturada em uma região que tem por característica um processo gradativo de perdas socioeconômicas que levaram a um desenvolvimento injusto e desigual. A história de formação do Rio Grande do Sul explica parte desse processo, porque com a destinação de terras para grandes propriedades rurais, como forma de proteger as fronteiras conquistadas, culminou num sistema produtivo agropecuário que sustentou o desenvolvimento econômico da região por mais de três séculos. Com o declínio dessa atividade e a falta de alternativas em outras áreas produtivas que pudessem estimular a geração de trabalho e renda na região, levou-a, no final do século XX, a baixos índices econômicos e sociais. Em termos comparativos, destacam-se as regiões Norte e Nordeste do Estado, onde há municípios com elevados Índices de Desenvolvimento Social (IDS), ao passo que na Metade Sul estes variam de baixos a médios.

A realidade impõe grandes desafios. A estrutura produtiva depende, fortemente, dos setores primários e de serviços. Outros fatores, combinados entre si, têm dificultado a superação da situação atual, entre os quais podem ser citados: o baixo investimento público *per capita*, o que reflete a baixa capacidade financeira dos municípios; a baixa densidade populacional; a estrutura fundiária caracterizada por médias e grandes propriedades e a distância geográfica dos polos desenvolvidos do Estado, que prejudica a competitividade da produção da região. Essa realidade vem afetando fortemente a geração de empregos e os indicadores sociais, especialmente os relativos à educação e à saúde.

A região apresenta, entretanto, vários fatores que indicam potencialidades para diversificação de sua base econômica, entre os quais ganham relevância: a posição privilegiada em relação ao MERCOSUL; os exemplos de excelência na produção agropecuária; as reservas minerais e a existência de importantes instituições de ensino e pesquisa. Em termos mais específicos, destacam-se aqueles potenciais relativos à geração de energia elétrica, indústria cerâmica, cadeia integrada de carnes, vitivinicultura, extrativismo mineral, cultivo do arroz e da soja,

PDI UNIPAMPA 2014-2018

silvicultura, fruticultura, capacidade de armazenagem de grãos, turismo, entre outros.

Sem perder sua autonomia, a UNIPAMPA deve estar comprometida com o esforço de identificação das potencialidades regionais e apoio no planejamento para o fortalecimento das mesmas sempre considerando a preservação do Bioma Pampa nessas ações. Assim, os cursos oferecidos, a produção do conhecimento, as atividades de extensão e de assistência devem refletir esse comprometimento. A gestão, em todas as suas instâncias, deve promover a cooperação interinstitucional nacional e internacional e a aproximação com os atores locais e regionais, visando à constituição de espaços permanentes de diálogo voltados para o desenvolvimento, dando atenção a todos os ambientes que compõem este processo: econômico, político, social, cultural e natural, implicando em mudanças estruturais integradas a um ciclo permanente de progresso do território, da comunidade e dos indivíduos. Nesse sentido, a compreensão que se tem de desenvolvimento é a de um processo complexo de mudanças contínuas, que envolve transformações não somente de ordem econômica como de ordem política e, fundamentalmente, de ordem humana e social.

Para que esse conceito esteja plenamente vinculado às ações da Universidade é fundamental que haja uma atuação forte de ensino, pesquisa e extensão com atenção às potencialidades regionais. A Universidade tem contribuído com esse processo através da inserção de seus egressos no mercado de trabalho e através dos discentes que, uma vez inseridos em projetos de pesquisa, aprimoraram o pensamento científico e a capacidade de gerar novos conhecimentos, estes os quais podem ser levados à prática pelos projetos de extensão também viabilizados pela atuação desses discentes juntamente com os servidores da instituição. A pesquisa tem como função específica a busca de novos conhecimentos e técnicas e ser ainda recurso de educação, destinado ao cultivo da atitude científica, indispensável a uma completa formação de nível superior na região. Além disso, diversas contribuições científico-tecnológicas têm sido geradas conjuntamente com os diversos setores da região, em especial na área da Saúde, no setor Agroindustrial e na formação de educadores. Diversos projetos são realizados em parcerias com setores públicos e privados; fator importante para o desenvolvimento da região. Tais contribuições precisam ser expandidas e aprimoradas.

Nesse contexto, o processo de internacionalização torna-se, de fato, essencial ao desenvolvimento da UNIPAMPA que possui como objetivo se tornar uma Instituição de reconhecida excelência, em âmbito nacional e internacional. Tal processo deve ser tratado como uma política institucional da Universidade, que deve perpassar todos os níveis de atuação, através da cooperação bilateral e multilateral com instituições internacionais e da ampliação do Programa de Mobilidade da comunidade acadêmica.

Além disso, faz-se necessário criar as condições acadêmicas adequadas para atrair estudantes em nível de graduação e pós-graduação de todas as partes do mundo, com atenção aos países da América do Sul, e em particular aos países fronteiriços, Argentina e Uruguai, com os quais poderiam ser implantados cursos binacionais.

As atividades devem estar igualmente apoiadas na perspectiva do desenvolvimento, que leva em conta a viabilidade das ações vinculadas aos ambientes econômico, social, político, cultural e natural. Essa será a forma empregada para que, a partir da apreensão da realidade e das suas potencialidades, contribua-se para o enfrentamento dos desafios, com vistas à promoção do desenvolvimento.

Desse modo, a inserção institucional, orientada por seu compromisso social, tem como premissa o reconhecimento de que ações isoladas não são capazes de reverter o quadro atual. Cabe à Universidade, portanto, construir sua participação a partir da integração com os atores que já estão em movimento em prol da região. Sua estrutura *multicampi* facilita essa relação e promove o conhecimento das realidades locais, com vistas a subsidiar ações focadas na região.

PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS GERAIS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS

Concepção de Universidade

A concepção de universidade não se restringe apenas à formação profissionalizante, mas se firma em uma proposição humanística e generalista,

assumindo o compromisso com o direito à vida e promovendo a ética em todas as suas práticas.

Ao mesmo tempo, olhar a Universidade, a partir das comunidades nas quais ela está inserida, pressupõe que os sujeitos implicados nas suas ações a percebam como parte integrante da vida social, comprometendo-a, por conseguinte, com o desenvolvimento do ambiente que os cerca.

A UNIPAMPA, por ser uma universidade pública, garante a abertura aos mais amplos setores da vida social, assumindo pautar suas ações de forma democrática, em favor de uma sociedade justa e solidária. A Universidade coloca-se como espaço de diálogo com as diferenças, respeita as especificidades das diversas áreas do conhecimento, ao mesmo tempo em que acredita na possibilidade de inter-relações, colocando o conhecimento a serviço do conjunto da sociedade.

A concepção de sociedade, contida neste Plano de Desenvolvimento Institucional, é de uma coletividade marcada pela diversidade, pluralidade e pelas diferenças culturais próprias de cada contexto local, sem perder os horizontes globais, e que não pode ser um espaço meramente reprodutivo do saber acumulado pela humanidade, nem tampouco o acadêmico pode ser tomado como um receptor passivo desse saber. A Instituição precisa traduzir os desafios de seu tempo e apostar no trabalho colaborativo, fundamentado numa proposição teórico-metodológica capaz de responder a esses desafios e explicitar seus objetivos. Dessa forma, a Universidade precisa ter presente uma concepção igualmente contemporânea sobre o conhecimento, como se dá sua construção e como se renovam as capacidades cognitivas dos sujeitos envolvidos em seus processos de ensino-aprendizagem.

A UNIPAMPA, desafiada a ser essa universidade, entende o conhecimento como um devir, e não como um processo controlável, cujo escopo pareça ser o domínio de conteúdos. Concebe que o conhecimento se faz possível por meio de um complexo de relações e práticas emancipatórias, de uma educação pautada na liberdade e autonomia dos sujeitos, na construção de sua identidade e na percepção de habilidades reflexivas que sejam efetivamente transformadoras, intervenientes e fundamentadas.

Tomada como instituição social, a Universidade deve reconhecer em tudo que realiza os seus compromissos éticos. A concepção curricular que deve refletir

escolhas e intencionalidades, traduz-se em projetos de ensino, propostas de extensão e temas de pesquisa balizados por esses compromissos. Deve ser capaz de respeitar a pluralidade de seus discursos e práticas pedagógicas, a partir de amplos diálogos, adotar entendimentos comuns, tais como, o da superação e o da noção de disciplinaridade pelo paradigma da interdisciplinaridade, através do qual se reconhece que o conhecimento de um campo do saber nunca é suficiente para compreender a realidade em toda a sua complexidade.

A concepção de universidade, aqui anunciada, exige uma prática pedagógica que dê materialidade aos princípios balizadores deste documento. O conhecimento passa a ser compreendido como processo e não como produto. Na sua construção, a ação pedagógica do professor passa a ser mediadora da aprendizagem, estimulando a reflexão crítica e o livre pensar, como elementos constituidores da autonomia intelectual dos acadêmicos. Assim, o acadêmico é compreendido como sujeito que vive na e pela comunidade, percebido na sua singularidade e cidadania e reconhecido em sua potencialidade transformadora.

Essa concepção de universidade é tomada como princípio orientador deste PDI, marcando as proposições curriculares, as práticas pedagógicas e os atos de gestão. Sua materialização se dará no cotidiano, pela capacidade de seus atores em definir e redefinir caminhos, sem perder o foco no compromisso maior da Universidade: formar sujeitos da própria história.

Princípios balizadores

A UNIPAMPA adota os seguintes princípios orientadores:

- Formação acadêmica, ética, reflexiva, propositiva e emancipatória, comprometida com o desenvolvimento humano em condições de sustentabilidade;
- Excelência acadêmica, caracterizada por uma sólida formação científica e profissional, que tenha como balizador a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando ao desenvolvimento da ciência, da criação e difusão da cultura e de tecnologias ecologicamente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis, direcionando-se por estruturantes amplos e generalistas;

- Sentido público, manifesto por sua gestão democrática, gratuidade e intencionalidade da formação e da produção do conhecimento, orientado pelo compromisso com o desenvolvimento regional para a construção de uma Nação justa e democrática.

Concepção de Formação Acadêmica

A formação acadêmica deve ser pautada pelo desenvolvimento de conhecimentos teórico-práticos, que respondam às necessidades contemporâneas da sociedade. “o que se deve saber” e “o que se deve fazer”- e também o conhecimento de caráter atitudinal- “o que se deve ser”. Orientada, ainda, por uma concepção de ciência que reconheça o conhecimento como uma construção social, constituído a partir de diferentes fontes e que valorize a pluralidade dos saberes, as práticas locais e regionais. Essa formação acadêmica, entre outras perspectivas, visa à inclusão social, proporcionando o acesso e a continuidade dos estudos inclusive aos grupos que, historicamente, estiveram marginalizados e alijados do direito ao Ensino Superior público e gratuito. Além disso, deve promover a estruturação de percursos formativos flexíveis e diversificados, calcados no respeito às diferenças e na liberdade de pensamento e expressão, sem discriminação de qualquer natureza.

Essa concepção de formação requer que os cursos, por meio de seus projetos pedagógicos, articulem ensino, pesquisa e extensão e contemplem os princípios de: interdisciplinaridade, entendida como a integração entre componentes curriculares e os diferentes campos do saber; intencionalidade, que se expressa nas escolhas metodológicas e epistemológicas visando o pleno desenvolvimento e envolvimento do acadêmico, tanto para o exercício da cidadania crítico-participativa quanto para o mundo do trabalho; contextualização, compreendida como condição para a construção do conhecimento, que deve tomar a realidade como ponto de partida e de chegada; e flexibilização curricular, entendida como processo permanente de qualificação dos currículos, de forma a incorporar, nas diferentes possibilidades de formação (como disciplinas obrigatórias, eletivas, atividades

complementares), os desafios impostos pelas mudanças sociais e pelos avanços científico e tecnológico e pela globalização acelerada.

Também sustentam essa concepção de formação os princípios de qualidade do ensino público, gestão democrática, valorização da docência e qualificação do corpo técnico, que devem ter como finalidade primeira a formação do egresso no perfil definido pela UNIPAMPA.

Contribui para a concretização dessa formação o desenvolvimento da educação a distância na Universidade. Essa modalidade de ensino é estratégica para o avanço da interlocução acadêmica entre os *campi*, utilizando-se das tecnologias da informação e comunicação para a qualificação dos processos educacionais, seja na modalidade presencial ou a distância, sendo parte das práticas de ensino e aprendizagem, indispensáveis para integrar pessoas e atividades na Universidade, que foi concebida e criada como uma instituição *multicampi*.

A modalidade EaD possibilita a ampliação das vagas na Instituição por meio do oferecimento de cursos de graduação e pós-graduação. A criação da infraestrutura necessária para implementação dessa modalidade, na Universidade, permitirá que a estrutura *multicampi* utilize meios e tecnologias da informação e comunicação, reforçando a interação entre estudantes e professores, através do desenvolvimento de atividades educativas interdisciplinares em lugares e tempos diversos.

POLÍTICAS DE ENSINO

Formar o egresso com o perfil definido é uma tarefa que requer o exercício da reflexão e da consciência acerca da relevância pública e social dos conhecimentos, das competências, das habilidades e dos valores adquiridos na vida universitária, inclusive sobre os aspectos éticos envolvidos. A formação desse perfil exige uma ação pedagógica inovadora, centrada na realidade dos contextos sociocultural, educacional, econômico e político da região onde a Universidade está inserida. Pressupõe, ainda, uma concepção de educação que reconheça o protagonismo de todos os envolvidos no processo educativo e que tenha a interação como

pressuposto epistemológico da construção do conhecimento. Pretende-se uma Universidade que intente formar egressos críticos e com autonomia intelectual, construída a partir de uma concepção de conhecimento socialmente referenciada e comprometida com as necessidades contemporâneas locais e globais.

Para alcançar esse propósito, torna-se fundamental ter estruturas curriculares flexíveis, que ultrapassem os domínios dos componentes curriculares, valorizem a relação teórico-prática e reconheçam a interdisciplinaridade como elemento fundante da construção do saber. Torna-se, ainda, imprescindível a existência de um corpo docente que se comprometa com a realidade institucional, que tenha capacidade reflexiva, que seja permanentemente qualificado, de forma a responder aos desafios contemporâneos da formação acadêmico-profissional.

Em consonância com os princípios gerais do Plano de Desenvolvimento Institucional e da concepção de formação acadêmica, o ensino será pautado pelos seguintes princípios específicos:

- Formação cidadã, que atenda ao perfil do egresso participativo, responsável, crítico, criativo e comprometido com o desenvolvimento;
- Educação compromissada com a articulação entre os sistemas de ensino e seus níveis: educação básica e educação superior;
- Qualidade acadêmica, traduzida na coerência, na estruturação dos currículos, nas práticas pedagógicas, na avaliação e no conhecimento pautado na ética e compromissado com os interesses públicos;
- Universalidade de conhecimentos, valorizando a multiplicidade de saberes e práticas;
- Inovação pedagógica, que reconhece formas alternativas de saberes e experiências, objetividade e subjetividade, teoria e prática, cultura e natureza, gerando novos conhecimentos usando novas práticas;
- Equidade de condições para acesso e permanência no âmbito da educação superior;
- Consideração do discente como sujeito no processo educativo;
- Pluralidade de ideias e concepções pedagógicas;
- Incorporação da pesquisa como princípio educativo, tomando-a como referência para o ensino na graduação e na pós-graduação.

- Promoção institucional da mobilidade acadêmica nacional e internacional, na forma de intercâmbios, estágios e programas de dupla titulação;
- Implementação de uma política linguística no nível da graduação e pós-graduação que favoreçam a inserção internacional.

POLÍTICAS DE PESQUISA

As atividades de pesquisa devem estar voltadas à geração de conhecimento, associando ações pedagógicas que envolvam acadêmicos de graduação e de pós-graduação. Para isso, são incentivadas práticas, como a formação de grupos de pesquisa que promovam a interação entre docentes, discentes e técnico-administrativos. O enfoque de pesquisa, interligado à ação pedagógica, deve desenvolver habilidades nos discentes, tais como: a busca de alternativas para a solução de problemas, o estabelecimento de metas, a criação e a aplicação de modelos e a redação e a difusão da pesquisa de forma a gerar o conhecimento científico.

A construção da relação da pesquisa com o ensino e a extensão possibilita uma leitura contínua e crítica da realidade. Tal tarefa torna-se mais complexa em função das progressivas exigências, impostas por órgãos de fomento à pesquisa, no aumento da produtividade e qualidade do conhecimento gerado. Portanto, é imprescindível adotar políticas de gestão que aproximem os pesquisadores de todos os *campi* na busca do compartilhamento de recursos e do saber. Nesse sentido, foi formada a Comissão Superior de Pesquisa, com representação dos servidores e discentes, com caráter consultivo e deliberativo acerca das questões pertinentes às atividades de pesquisa. Dentre essas atividades está a busca pelo fortalecimento da Ciência, Tecnologia e Inovação, visando a ações que promovam o constante diálogo em prol do desenvolvimento sustentado, respeitando princípios éticos, incentivando as diferentes áreas do conhecimento que projetem a Instituição no plano nacional e internacional.

Em consonância com os princípios gerais do Projeto de Desenvolvimento Institucional e da concepção de formação acadêmica, a pesquisa e a pós-graduação serão pautadas pelos seguintes princípios específicos:

- Formação de recursos humanos voltados para o desenvolvimento científico e tecnológico;
- Difusão da prática da pesquisa no âmbito da graduação e da pós-graduação;
- Produção científica pautada na ética e no desenvolvimento sustentado;
- Incentivo a programas de colaboração internacional em redes de pesquisa internacionais;
- Viabilização de programas e projetos de cooperação técnico-científico e intercâmbio de docentes no País e no exterior através de parcerias com programas de pós-graduação do País e do exterior.

POLÍTICAS DE EXTENSÃO

O Plano Nacional de Extensão estabelece que a extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. Nessa concepção, a extensão assume o papel de promover essa articulação entre a universidade e a sociedade, seja no movimento de levar o conhecimento até a sociedade, seja no de realimentar suas práticas acadêmicas a partir dessa relação dialógica com ela. Além de revitalizar as práticas de ensino, contribuindo tanto para a formação do profissional egresso, bem como para a renovação do trabalho docente e técnico administrativo, essa articulação da extensão pode gerar novas pesquisas, pela aproximação com novos objetos de estudo, garantindo a interdisciplinaridade e promovendo a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão.

Assim, o caráter dinâmico e significativo da vivência que se proporciona ao estudante, através das ações de extensão, exige que a própria Universidade repense a estrutura curricular existente numa perspectiva da flexibilização curricular.

Em consonância com os princípios gerais do Plano de Desenvolvimento Institucional e da concepção de formação acadêmica, a Política de Extensão deve ser pautada pelos seguintes princípios específicos:

- Valorização da extensão como prática acadêmica;

PDI UNIPAMPA 2014-2018

- Impacto e transformação: a UNIPAMPA nasce comprometida com a transformação da Metade Sul do Rio Grande do Sul. Essa diretriz orienta que cada ação da extensão da Universidade se proponha a observar a complexidade e a diversidade da realidade dessa região, de forma a contribuir efetivamente para o desenvolvimento e a mitigação dos problemas sociais da região;
- Interação dialógica: essa diretriz da política nacional orienta para o diálogo entre a Universidade e os setores sociais, numa perspectiva de mão dupla e de troca de saberes. A extensão deve promover o diálogo externo com movimentos sociais, parcerias interinstitucionais, organizações governamentais e privadas. Ao mesmo tempo, deve contribuir para estabelecer um diálogo permanente no ambiente interno da Universidade;
- Contribuição com ações que permitam a integralização do Plano Nacional de Educação;
- Interdisciplinaridade: a partir do diálogo interno, as ações devem buscar a interação entre disciplinas, áreas de conhecimento, entre os *campi* e os diferentes órgãos da Instituição, garantindo tanto a consistência teórica, bem como a operacionalidade dos projetos;
- Indissociabilidade entre ensino e pesquisa: essa diretriz se propõe a garantir que as ações de extensão integrem o processo de formação cidadã dos alunos e dos atores envolvidos. Compreendida como estruturante na formação do aluno, as ações de extensão podem gerar aproximação com novos objetos de estudo, envolvendo a pesquisa, bem como revitalizar as práticas de ensino pela interlocução entre teoria e prática, contribuindo tanto para a formação do profissional egresso, bem como para a renovação do trabalho docente. Nesse sentido, as atividades de extensão precisam ser reconhecidas no currículo com atribuição de créditos acadêmicos;
- Incentivo às atividades de cunho artístico, cultural e de valorização do patrimônio histórico, colaborando com políticas públicas na esfera municipal, estadual e federal da cultura;
- Apoio a programas de extensão interinstitucionais sob forma de consórcios, redes ou parcerias, bem como apoio a atividades voltadas para o intercâmbio nacional e internacional.

POLÍTICAS DE GESTÃO

As Políticas de Gestão compreendem a intencionalidade da Instituição para que os objetivos institucionais sejam alcançados, respeitando sempre os princípios constitucionais e estatutários que regem a UNIPAMPA enquanto entidade da Administração Pública. A gestão é entendida como algo dinâmico e sistêmico, garantindo a relação de interdependência entre as diferentes unidades administrativas e acadêmicas sem perder o foco na unidade institucional, em sua missão e no seu Plano de Desenvolvimento.

A Política de Gestão assume que o PDI é alicerce do desenvolvimento e que a busca da excelência acadêmica está pautada em ações comprometidas com o alcance dos objetivos institucionais, assumindo o desafio de integração e coordenação dos projetos e programas, através da promoção sistemática de ações que mutuamente se reforcem em prol de objetivos comuns.

Reconhece, também, que os servidores da Instituição são cidadãos no exercício da vocação pública e que é apenas através deles que o Plano de Desenvolvimento Institucional pode evoluir. Assim, as Políticas de Gestão dedicarão esforços para a promoção de uma cultura de excelência que reconheça, retenha, apoie e desenvolva os servidores da Instituição, estimulando o comprometimento.

Além disso, tais políticas devem estar comprometidas com a racionalização dos recursos, sejam esses econômicos ou materiais, respeitando os princípios da economicidade e da eficiência, preservando o interesse da sociedade em ter educação superior de qualidade, de forma a garantir a melhor aplicação desses recursos na Instituição.

Contempla ainda a Política de Gestão a temática da Avaliação Institucional, compreendida como ferramenta que possibilita o diagnóstico da Instituição no que tange à execução do seu Plano de Desenvolvimento, em uma perspectiva de retroalimentação do Planejamento Institucional.

Gerir a Universidade é praticar atos que, orientados pelo compromisso social, aproximem e coloquem em diálogo os sujeitos institucionais entre si e com a comunidade visando proporcionar a condição aos atores no conceber e fazer a Universidade necessária. É, também, agir, de forma determinada e constante, na

busca dos meios para realizar seu plano, com adequadas condições para o alcance da excelência nas práticas acadêmicas e administrativas.

As Políticas de Gestão devem ser pautadas pelos seguintes princípios específicos:

- Democracia institucional, entendida como o respeito às decisões colegiadas e à garantia de espaços de participação e influência da comunidade acadêmica nas grandes questões universitárias;
- Descentralização de decisão, entendida como a extensão de autoridade às Unidades Universitárias para a tomada de decisão, obedecendo aos princípios que regem a Administração Pública e mantendo a unidade institucional;
- Integração regional, entendida como a realização de ações permanentes e articuladas com outros atores, que problematizam o desenvolvimento local e regional, direcionando esforços na formação de estudantes e na produção de conhecimentos, comprometidos com o desenvolvimento econômico e social sustentáveis da região e do País;
- Planejamento Colaborativo, entendido como o processo em que a Instituição, através de seus diversos atores articulados solidariamente, se vê, se reconhece e define o futuro desejado, organizando-se para alcançá-lo;
- Avaliação Institucional como processo contínuo entendido como o monitoramento sistemático da evolução em direção ao futuro desejado, com vistas à adoção dos ajustes situacionais necessários;
- Transparéncia no orçamento e nos atos de gestão, entendidos como a garantia do conhecimento e do debate, nos fóruns competentes, da composição da matriz orçamentária, da distribuição e execução orçamentária, da estrutura organizacional e da composição de seu quadro de servidores;
- Busca da efetividade observado o princípio da economicidade, considerando que os investimentos nos aspectos humanos e sociais da Instituição proporcionarão ganhos na excelência e sustentabilidade da Universidade;
- Acesso à Informação Pública, por meio da divulgação das ações e serviços da Administração, garantindo o direito fundamental dos cidadãos ao acesso e atendimento às solicitações de informações públicas.

RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

A busca pelo exercício da responsabilidade social é consequência das ações de ensino, pesquisa e extensão trabalhadas de forma democrática, participativa e integradora à sociedade. Entende-se, dentro da Universidade, a necessidade cada vez maior de ouvir a sociedade na concepção de seus objetivos e na concepção de ensino, pesquisa e extensão universitária contribuindo para o seu objetivo “de formar cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com sua realidade social e ambiental”, conforme estabelecido detalhadamente nas Políticas de Ensino deste documento, de forma a contribuir para a construção de uma sociedade que promova a igualdade de oportunidades e a inclusão social.

Há o entendimento de que a responsabilidade social da UNIPAMPA primará pela construção de um amplo espaço coletivo de conhecimento, no qual a busca e a construção de ideias deverão contemplar a todos, sustentando a responsabilidade social construída com as diferenças e com a preservação ambiental dos espaços ocupados pela Universidade.

Por fim, a responsabilidade social é um compromisso que a Instituição deve ter para com a sociedade, expresso por meio de seus atos e atitudes que afetem positivamente a comunidade externa e a acadêmica, assumindo obrigações de caráter moral e social para a conquista do desenvolvimento.

3. IMPLEMENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

Em 2013, foram ofertados na Instituição 60 cursos de graduação, entre bacharelados, licenciaturas e cursos superiores em tecnologia, com 3.120 vagas disponibilizadas anualmente, sendo que 50% dessas são destinadas para candidatos incluídos nas políticas de ações afirmativas.

A Universidade conta com um corpo de servidores composto por docentes e técnico-administrativos em educação que proporcionam apoio para atender os discentes nos seguintes cursos de graduação ofertados:

- Campus Alegrete: Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Agrícola, Engenharia Mecânica, Engenharia de Software e Engenharia de Telecomunicações;
- Campus Bagé: Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia de Computação, Engenharia de Energias Renováveis e Ambiente, Física - Licenciatura, Química - Licenciatura, Matemática - Licenciatura, Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa - Licenciatura, Letras Línguas Adicionais: Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas – Licenciatura e Música - Licenciatura;
- Campus Caçapava do Sul: Geofísica, Ciências Exatas - Licenciatura, Geologia, Curso Superior de Tecnologia em Mineração e Engenharia Ambiental e Sanitária;
- Campus Dom Pedrito: Zootecnia, Enologia, Superior de Tecnologia em Agronegócio e Ciências da Natureza - Licenciatura;
- Campus Itaqui: Agronomia, Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Nutrição, Matemática – Licenciatura, e Engenharia de Agrimensura;
- Campus Jaguarão: Pedagogia e Letras - Licenciatura (Português e Espanhol), História - Licenciatura, Curso Superior de Tecnologia em Turismo e Produção e Política Cultural;
- Campus Santana do Livramento: Administração, Ciências Econômicas, Relações Internacionais e Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública;

PDI UNIPAMPA 2014-2018

- Campus São Borja: Cursos de Comunicação Social – Jornalismo, de Relações Públicas e de Publicidade e Propaganda, Serviço Social, Ciências Sociais – Ciência Política e Ciências Humanas - Licenciatura;
- Campus São Gabriel: Ciências Biológicas - Bacharelado, Ciências Biológicas - Licenciatura, Engenharia Florestal, Gestão Ambiental e Biotecnologia;
- Campus Uruguaiana: Enfermagem, Farmácia, Ciências da Natureza - Licenciatura, Medicina Veterinária, Curso Superior de Tecnologia em Aquicultura, Educação Física – Licenciatura e Fisioterapia.

A oferta de cursos contempla, além do turno diurno, também, o turno da noite ampliando a possibilidade de acesso ao Ensino Superior. Em 2012 e 2013, além da oferta supramencionada, foram aprovados em todas as instâncias da Universidade os seguintes cursos:

- Curso de Direito, turno integral em Santana do Livramento, aguardando processo de autorização pelo MEC, e Curso de Direito em São Borja, turno Noturno, aguardando lançamento do pedido de visita *in loco* para autorização de funcionamento na plataforma do E-MEC.
- Curso de Letras - Português, sendo oferecido na modalidade EAD nos campi Jaguário, Santana do Livramento e Alegrete.

O mérito acadêmico do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de Engenharia de Aquicultura, Campus Uruguaiana, foi aprovado no CONSUNI, e sua implantação ficou condicionada ao recebimento de vagas docentes pelo MEC.

Ainda, por meio do Edital do SECADI/MEC, o Campus Dom Pedrito teve a proposta de Licenciatura em Educação do Campo aprovada, a qual tem previsão para iniciar em 2014.

Para atendimento das diretrizes pedagógicas dos cursos de graduação, os professores são convidados a apresentar, discutir e repensar sua abordagem curricular em Roda de Formação Continuada, que é realizada durante os seguintes eventos de formação proporcionados aos docentes: Seminário de Formação dos Coordenadores de Curso de Graduação da UNIPAMPA; Seminário de Formação de Professores; e Fóruns por área do conhecimento, atendendo 08 áreas do conhecimento. Esse trabalho acontece nesses espaços, na crença de que o

desenvolvimento curricular está diretamente associado à formação dos professores que desenvolvem o currículo.

Desse modo, a fim de orientar o trabalho voltado para o perfil acadêmico do egresso, os professores são convidados a apresentar a matriz curricular do curso, buscando evidenciar suas articulações com o perfil do egresso da Universidade. Com base nas diretrizes de cada curso, propõe-se espaço para identificação, na matriz curricular, dos conteúdos orientados nas diretrizes, bem como dos princípios metodológicos, dos processos de avaliação realizados, das atividades da prática profissional, das atividades complementares e dos estágios, quando existentes como exigência na Diretriz Curricular.

Além disso, os professores são convidados a apresentar as inovações curriculares que consideram significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares, durante a socialização e discussões acerca das inovações curriculares realizadas e pelas oportunidades diferenciadas de integração dos cursos, bem como dos avanços tecnológicos realizados.

Fruto das discussões de planejamento, a comunidade acadêmica anuncia a intenção de implantação dos seguintes cursos para o período 2014-2018:

- Arquitetura e Urbanismo
- Bacharelado em Educação Física
- Bacharelado em Turismo
- Biomedicina
- Biotecnologia
- Ciências Contábeis
- Cinema
- Engenharia de Controle e Automação
- Engenharia de Materiais
- Engenharia Eletrônica
- Engenharia em Aquicultura
- Filosofia
- Gastronomia
- Geografia
- Geoinformática
- Gestão em Empresas Rurais

PDI UNIPAMPA

2014-2018

- Interdisciplinar em Artes
- Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia
- Interdisciplinar em Ciências Sociais
- Interdisciplinar em Humanidades
- Licenciatura em Ciências Humanas
- Licenciatura em Computação,
- Licenciatura em Educação Especial
- Licenciatura em Filosofia
- Licenciatura em Informática
- Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Exatas
- Medicina
- Meteorologia
- Produção Audiovisual
- Psicologia
- Química Industrial
- Sociologia
- Tecnologia em Comércio Exterior
- Tecnologia em Edifícios
- Tecnologia em Produção de Grãos

PLANO PARA ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS

Perfil de Egresso

A UNIPAMPA, como universidade pública, deve proporcionar uma sólida formação acadêmica generalista e humanística aos seus egressos. Essa perspectiva inclui a formação de sujeitos conscientes das exigências éticas e da relevância pública e social dos conhecimentos, habilidades e valores adquiridos na vida universitária e inserção em respectivos contextos profissionais de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com o desenvolvimento local, regional, nacional e internacional, sustentáveis, objetivando a construção de uma sociedade justa e democrática.

Formar o egresso com o perfil definido é uma tarefa complexa, na medida em que requer o exercício da reflexão e da consciência acerca da relevância pública e social dos conhecimentos, das competências, das habilidades e dos valores adquiridos na vida universitária, inclusive sobre os aspectos éticos envolvidos. A formação desse perfil exige uma ação pedagógica inovadora, centrada na realidade: dos contextos sociocultural, educacional, econômico e político da região onde a Universidade está inserida. Pressupõe, ainda, uma concepção de educação que reconheça o protagonismo de todos os envolvidos no processo educativo e que tenha a interação como pressuposto epistemológico da construção do conhecimento.

Pretende-se uma Universidade que intente formar egressos críticos e com autonomia intelectual, construída a partir de uma concepção de conhecimento socialmente referenciada e comprometida com as necessidades contemporâneas locais e globais.

Seleção de Conteúdos

Para alcançar o perfil do egresso anunciado, torna-se fundamental ter estruturas curriculares flexíveis, que ultrapassem os domínios dos componentes curriculares, construídas a partir das diretrizes curriculares e referenciais orientadores nacionais; que valorizem a relação teórico-prática e reconheçam a interdisciplinaridade como elemento fundante da construção do saber.

Atualmente, as matrizes curriculares dos cursos de graduação são (re)construídas considerando os elementos estruturantes previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso, ou nos referenciais orientadores. Nesse contexto, é imprescindível a existência de um corpo docente que se comprometa com a realidade institucional local, de forma reflexiva e permanentemente qualificada, de forma a responder aos desafios contemporâneos da formação acadêmico-profissional.

Princípios Metodológicos

Em consonância com os princípios gerais deste PDI e da concepção de formação acadêmica, o ensino tem como princípios:

- Formação cidadã, que atenda ao perfil do egresso participativo, responsável, crítico, criativo e comprometido com o desenvolvimento;
- Educação compromissada com a articulação entre os sistemas de ensino e seus níveis: educação básica e educação superior;
- Qualidade acadêmica, traduzida na coerência, na estruturação dos currículos, nas práticas pedagógicas, na avaliação e pelo conhecimento pautado na ética e compromissado com os interesses públicos;
- Universalidade de conhecimentos, valorizando a multiplicidade de saberes e práticas;
- Inovação pedagógica, que reconhece formas alternativas de saberes e experiências, objetividade e subjetividade, teoria e prática, cultura e natureza, gerando novos conhecimentos usando novas práticas;
- Equidade de condições para acesso e permanência no âmbito da educação superior;
- Consideração do discente como sujeito do processo educativo;
- Pluralidade de ideias e concepções pedagógicas;
- Incorporação da pesquisa como princípio educativo, tomando-a como referência para o ensino na graduação e na pós-graduação.

Para tanto, é condição necessária uma prática pedagógica que conceba a construção do conhecimento como o resultado interativo da mobilização de diferentes saberes, que não se esgotam nos espaços e tempos delimitados pela sala de aula convencional; uma prática que articule o ensino, a pesquisa e a extensão como base da formação acadêmica, desafiando os sujeitos envolvidos a compreender a realidade e a buscar diferentes possibilidades de transformá-la. A prática pedagógica precisa assumir o reconhecimento do acadêmico como sujeito do processo educativo, reconhecendo as diferentes formas de aprendizagem e as características pessoais, sem, no entanto, reduzi-lo a sua singularidade.

A metodologia de ensino envolve um conjunto de estratégias, métodos e técnicas relacionados ao processo de ensino e aprendizagem, comprometidas com

a interdisciplinaridade, a contextualização, a relação teórico-prática, o desenvolvimento do espírito científico e a formação de sujeitos autônomos e cidadãos.

Processo de Avaliação

A avaliação do discente é entendida como um trabalho pedagógico processual, cumulativo e contínuo, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos¹. A avaliação está compreendida como reflexão crítica sobre a prática, necessária à formação de novas estratégias de planejamento, percebida como um processo contínuo e democrático. É necessário deixar evidente que não se trata de uma avaliação punitiva, deve ser processual e não apenas visar um resultado final, com previsão de atividades de recuperação ao longo do processo de ensino-aprendizagem, explicitado e registrado nos planos de ensino.

Atividade prática profissional, complementares e de estágios

De acordo com o estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Cursos de Graduação, está previsto que os cursos devem informar as normas e/ou o regulamento para realização dos estágios e requisitos para que a carga horária despendida na realização do estágio integre a carga horária total do curso. O estágio curricular consta na matriz curricular, e a carga horária destinada à sua realização é computada para a integralização da carga horária total do curso.

Na questão dos estágios, também são observadas algumas especificidades, como, por exemplo, nos cursos de licenciaturas e de Pedagogia, nos quais os acadêmicos que exercem atividade docente regular na Educação Básica poderão ter redução da carga horária de estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 horas².

¹ Conforme Resolução CONSUNI 29/2011

² Conforme Resolução CNE/CP nº 02/2002

Também existe a orientação de que sejam explicitadas no regimento dos cursos as normas para realização de Atividades Complementares de Graduação (ACG), as quais devem constar na matriz curricular. A carga horária destinada à realização dessas atividades conta para a integralização da carga horária total do curso. As ACGs classificam-se em quatro grupos, conforme Resolução 29/2011: Atividades de Ensino; Atividades de Pesquisa; Atividades de Extensão; Atividades Culturais, Artísticas, Sociais e de Gestão. Cabe à Comissão de Curso analisar e definir no respectivo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) a carga horária mínima a ser cumprida pelo discente em ACG, considerando-se as diretrizes curriculares nacionais para cada curso e a carga horária mínima de 10% em cada um dos grupos de ACG anteriormente citados. Cabe à Comissão de Curso definir critérios para aproveitamento e equivalência de carga horária de ACG.

INOVAÇÕES SIGNIFICATIVAS

De acordo com o documento Elementos do Projeto Político-Pedagógico de Curso de Graduação da UNIPAMPA (2011), a matriz curricular deverá ser coerente com os objetivos do curso e com o perfil profissiográfico. Em sua arquitetura, devem constar também todos os componentes curriculares previstos nos pareceres e nas resoluções específicas que tratam sobre as diretrizes curriculares do curso. Os elementos de inovação incentivados são a própria flexibilização curricular da matriz do curso, a interdisciplinaridade, a contextualização e a indissociabilidade entre pesquisa, ensino, extensão, assim como a relação entre teoria e prática. Sugere-se que a estrutura da matriz curricular seja desenhada contendo eixos curriculares, que podem funcionar transversalmente, ou seja, atravessam todo o percurso curricular, atendendo à perspectiva generalista do profissional da área, evitando fragmentações. Orienta-se para a construção do eixo integrador ou eixo norteador do curso e eixos curriculares (por semestre ou por módulos ou anuais). Cada eixo pode ser composto por componentes curriculares que contemplam temáticas comuns e relativas à sua área de conhecimento. Os saberes discentes organizam-se em componentes curriculares articulados em torno de eixos, módulos ou atividades. Os eixos derivam-se dos conteúdos essenciais e com estes se articulam, visando

efetivar o perfil profissiográfico proposto no PPC. A proposição de Seminários Integradores semestrais possibilita também a integração dos componentes curriculares.

Orienta-se que a interdisciplinaridade e a flexibilização curricular sejam desenvolvidas no curso a partir de atividades em projetos de ensino-aprendizagem ou eixos que integram os componentes curriculares. Nesse aspecto, as Atividades Complementares de Graduação, atividades semipresenciais, projetos de ensino-aprendizagem, estágios, aproveitamentos de estudo, atividades de extensão, de pesquisa, atividades práticas, além de proporcionarem a relação teoria e prática, apresentam ao currículo a ser proposto a flexibilidade necessária para garantir a formação do perfil do egresso generalista e humanista. Os conteúdos dos componentes curriculares devem estar compatíveis com o perfil definido para o egresso e alinhados às mais recentes necessidades de aprimoramento nas práticas do Curso. Orienta-se que essas questões sejam embasadas teoricamente, permeadas por inúmeras iniciativas de capacitação prática complementar à teoria, materializadas por visitas técnicas, eventos de capacitação promovidos intra e extra campus, bem como atividades de pesquisas aplicadas em instituições públicas locais. Os cursos poderão oferecer componentes curriculares na modalidade semipresencial, de acordo com a legislação vigente.

OPORTUNIDADES DIFERENCIADAS DE INTEGRALIZAÇÃO DOS CURSOS

No atual momento de desenvolvimento pedagógico da UNIPAMPA, registra-se a existência de algumas atividades que podem ser caracterizadas como “oportunidades diferenciadas” de integralização dos cursos, desenvolvidas por algumas iniciativas docentes. Dentre estas, destacam-se:

- A integração de projetos, programas e ações de ensino-pesquisa-extensão com componentes curriculares;
- A mobilidade docente intercursos;
- As experiências de mobilidade discente em estruturas curriculares interdisciplinares já existentes na Instituição, nos âmbitos de intercurso e *intercampi*;

PDI UNIPAMPA 2014-2018



- A mobilidade acadêmica nacional e internacional que permite aos alunos de graduação cursar disciplinas em outras IES do País e do exterior. Ao aluno em mobilidade é garantido o vínculo com a instituição e curso de origem assim como o aproveitamento da(s) disciplina(s) cursada(s) em seu Histórico Escolar (carga horária, frequência e nota).

4. CORPO DOCENTE

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO

A seleção e contratação de docentes nas Universidades Federais se dão por edital de concurso público a fim de atender as normativas estabelecidas na Lei n. 8.112\1990 e na Lei 12.772. Os requisitos utilizados na contratação dos servidores são estabelecidos a partir do edital público de acordo com a natureza e a abrangência do cargo a ser ocupado. Para ingresso na carreira é necessário título de Doutor, conforme Lei 12.772/2012, podendo ser concursados servidores com titulação de mestre, especialista ou apenas graduado quando devidamente justificado e aprovado pelo Conselho Superior da Instituição.

Embora não exista a obrigatoriedade legal de experiências anteriores, é possível utilizar essas experiências para efeito de pontuação nos concursos. Na UNIPAMPA a experiência profissional é considerada na prova de títulos no momento do concurso público, considerando os últimos cinco anos.

Seleção do Corpo Docente

O Concurso Público para Cargos de Professor da Carreira do Magistério Superior da Universidade consta das seguintes etapas:

- Prova Escrita;
- Prova Didática;
- Prova de Defesa do Memorial de Trajetória Acadêmica;
- Prova de Títulos.

Nos concursos para o provimento de vagas temporárias e de substitutos não é realizada a prova escrita e o edital segue o modelo de processo seletivo simplificado.

Cabe ao Conselho do Campus, no qual o concurso será realizado, deliberar sobre a área de conhecimento, os requisitos para ingresso no cargo, pesos dos critérios de avaliação das provas e o número de vagas do concurso. As normas para

a realização de concursos públicos destinados ao provimento do cargo de professor da carreira do magistério superior da Universidade observam a Resolução CONSUNI 55/2013 elaborada com base na Lei nº 12.772/2012.

Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, há possibilidade de contratação de professores substitutos, com base na Lei nº 8.745/1993.

POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO, PLANO DE CARREIRA, REGIME DE TRABALHO

A Política de Qualificação encontra amparo no Decreto nº 5.707/2006 que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112/1990.

O Art.1º fixa as finalidades da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, a ser implementada pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional:

- I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão;
- II – desenvolvimento permanente do servidor público;
- III – adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual;
- IV – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação;
- V – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.

O Plano de Carreira do Servidor Docente é regido pela Lei nº 12.772/2012 e estruturado em classes A, B, C, D e E, e respectivos níveis de vencimento. Estas classes são designadas por:

- I - Classe A, com as denominações de:
 - a) Professor Adjunto A, se portador do título de Doutor;
 - b) Professor Assistente A, se portador do título de Mestre;
 - c) Professor Auxiliar, se graduado ou portador de título de Especialista.
- II - Classe B, com a denominação de Professor Assistente;
- III - Classe C, com a denominação de Professor Adjunto;
- IV - Classe D, com a denominação de Professor Associado;
- V - Classe E, com a denominação de Professor Titular.

Para fins de progressão, o docente depende de um interstício mínimo de dois anos e avaliação de desempenho.

O regime de trabalho pode ser de 20h, 40h e 40h com dedicação exclusiva (DE). Na UNIPAMPA, os concursos têm sido prioritariamente no regime de 40 horas semanais e dedicação exclusiva (DE). Todos os professores do quadro atualmente possuem o regime de 40 horas semanais com dedicação exclusiva.

A Universidade instituiu políticas de aperfeiçoamento do corpo docente, que devem possibilitar o crescimento profissional desse e ampliar o conhecimento sobre as bases que poderão gerar consciência crítica e suporte para a organização política, social e econômica do ambiente à sua volta.

As políticas de aperfeiçoamento do corpo docente são estruturadas a partir de um Programa de Desenvolvimento Profissional. Esse Programa está sustentado em três pilares:

- Docência como profissão que se constrói permanentemente e por isso tem a necessidade de uma atenção sobre novas práticas e inovações nas áreas do conhecimento;
- Práticas de formação que tomem a dimensão coletiva, possibilitando a percepção de unidade da Universidade e também da diversidade nas mais diversas formas de atuação do docente;
- Reflexão sobre a prática, com o uso de experiências dos próprios docentes como forma de gerar debate, reflexão, aprendizado e aperfeiçoamento das suas atividades.

O Programa de Desenvolvimento Profissional tem como princípio a atuação pela formação continuada, que deve ocorrer com três principais focos de ação:

- Aperfeiçoamento à docência - cursos, seminários, oficinas;
- Professores ingressantes - com atividades que integrem esses novos docentes e permitam que os mesmos conheçam a Instituição que estão integrando e suas políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão;
- Gestão de Processos Educacionais - como forma de dinamizar as ações e qualificar o trabalho em todos os níveis da Instituição.

Desde o período de criação da UNIPAMPA, os grupos que compõem a estrutura administrativa e os *campi* têm dado relevância aos processos de reflexão sobre a prática e estudos de questões pedagógicas entre os docentes, com a

PDI UNIPAMPA 2014-2018

finalidade de oferecer um ensino de qualidade. Um dos primeiros pontos a ser destacado nessa linha é a construção de uma missão, no Projeto Institucional do período 2009-2013, que demonstra o compromisso com a excelência e a importância da formação para tal.

A Universidade Federal do Pampa, como instituição social comprometida com a ética, fundada em liberdade, respeito à diferença e solidariedade, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento sustentável da região e do país. (PI, 2009).

Com a necessidade de proporcionar ao corpo docente a reflexão e o estudo sobre suas práticas e ofertar subsídios para o ensino de qualidade, iniciou-se, ainda em 2008, ano da criação da Universidade, uma série de encontros com o propósito de alcançar esses objetivos. Assim, em março de 2008, foi promovido o primeiro evento de integração e planejamento institucional, intitulado: “Seminário de Desenvolvimento Profissional: Pedagogia Universitária”, com a participação de todos os professores da Instituição.

Na oportunidade, foram analisados o contexto sociocultural-educacional e político-econômico da região numa nova perspectiva de implantação e inserção da Instituição. A atividade culminante do Seminário foi a elaboração do “perfil do egresso”, uma forma de dar sustentação ao projeto de formação acadêmica da Universidade.

Esses seminários acontecem anualmente na Instituição e têm como objetivo ser um espaço de formação continuada dos docentes e de (com)partilhamento do que a Universidade tem construído nas práticas docentes, valorizando-as e fomentando a inovação pedagógica, na busca da melhoria da qualidade de ensino e das próprias práticas pedagógicas.

EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE

O quadro de servidores docentes é composto por 410 Professores Adjuntos, 236 Professores Assistentes, 2 Professores Associados, 1 Professor Titular e 23

PDI UNIPAMPA 2014-2018

Professores Auxiliares³. O quantitativo é estabelecido através do Banco de Professores Equivalentes⁴, totalizando, para a UNIPAMPA, um banco de 1.416,13 professores que corresponde a 833 professores com dedicação exclusiva. Quando ocorre a liberação de vagas para a Instituição através de Portaria publicada no Diário Oficial da União é realizada a alocação das vagas aos *campi*. Essa alocação é feita por uma comissão que realiza um estudo considerando dados de cada campus, tais como carga horária das disciplinas, número de alunos e número de docentes. A alocação passa a ser válida após aprovação do CONSUNI. A partir de então se inicia o processo de realização do concurso.

Tabela 1 - Evolução do quadro de servidores docentes no período 2008 a 2013

	dez/2008	dez/2009	dez/2010	dez/2011	dez/2012	dez/2013
Servidores Docentes	237	319	398	546	584	675

³ Dados atualizados até 07/01/2014

⁴ Portaria interministerial MPOG/MEC nº 182 de 20/05/2013

5. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO

Os requisitos utilizados na seleção dos servidores são estabelecidos a partir da legislação que regulamenta o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. É definido por meio dessa legislação que o processo seletivo ocorra por meio de concurso público.

POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO, PLANO DE CARREIRA E REGIME DE TRABALHO

No Brasil, há o reconhecimento de que são imprescindíveis políticas permanentes e consolidadas de desenvolvimento de pessoal. Em relação ao posicionamento do Governo Federal, a concretização dessa política pode ser constatada no texto do Decreto n.º 5.707/2006, que fixa em seu Art. 1º:

Fica instituída a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, a ser implementada pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, com as seguintes finalidades:

- I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão;
- II – desenvolvimento permanente do servidor público;
- III – adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual;
- IV – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e
- V – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.

Em consonância com essa Política, foi concebida a carreira que, apresentada e negociada com o Governo Federal, foi transformada em acordos expressos na Lei n.º 11.091/2005 para os técnicos-administrativos em educação. Nessa carreira, o desenvolvimento dos servidores ficou condicionado à capacitação e ao mérito, respeitado o interstício previsto em lei, caracterizando o compromisso dos trabalhadores em educação com a qualidade do fazer das instituições federais de ensino.

PDI UNIPAMPA 2014-2018

A Política de Desenvolvimento de Pessoal está pautada na natureza dinâmica do fazer da Universidade, no desenvolvimento permanente do quadro de pessoal, na garantia da qualidade dos processos de trabalho e, também, na participação dos servidores. Para garantir o objetivo de desenvolver e qualificar os servidores técnico-administrativos em educação as estratégias utilizadas são:

- Programas de capacitação que contribuam para o aperfeiçoamento dos servidores;
- Convênios com outras instituições para a oferta de cursos de educação formal que visem à qualificação do servidor;
- Participação de servidores em eventos externos de capacitação (seminários, congressos, reuniões técnicas, cursos, entre outros).

Diante disso, criou-se o Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal (NUDEPE), órgão administrativo, vinculado atualmente ao Gabinete da Reitoria e constituído em dezembro de 2009, com a finalidade de implantar e coordenar as ações do Programa de Aperfeiçoamento dos Servidores da Universidade. O Programa visa o desenvolvimento do servidor como profissional e cidadão, capacitando-o para as ações de gestão pública e para o exercício de atividades de forma articulada com a função social da Universidade. Em 2010, houve a institucionalização do Plano de Desenvolvimento de Pessoal e do Programa de Capacitação por meio das Resoluções CONSUNI 23 e 24/2010.

Atualmente, ações de capacitação são baseadas na Resolução CONSUNI 36/2011 e também por meio de demandas específicas oriundas das unidades e pertinentes à rotina de trabalho visando à superação de determinadas deficiências, buscando o aprimoramento entre “conhecimentos” e “habilidades”, interligando-os aos objetivos Institucionais.

O Plano de Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação é estabelecido pela Lei n.º 11.091/2005, sendo dividido em cinco classes: A, B, C, D e E. Essas classes são conjuntos de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições. O quadro de pessoal da Universidade conta atualmente com as Classes “D” e “E”. Cada uma dessas classes divide-se em

PDI UNIPAMPA

2014-2018

quatro níveis de capacitação (I, II, III e IV), sendo que cada um desses níveis tem 16 padrões de vencimento básico.

O regime de trabalho dos servidores obedece à legislação vigente para a carreira.

Evolução do Corpo Técnico-Administrativo

O corpo técnico-administrativo teve sua evolução conforme quantitativo abaixo relacionado:

Tabela 2 - Evolução do quadro de servidores técnico-administrativos no período 2008 a 2013

	dez/2008	dez/2009	dez/2010	dez/2011	dez/2012	dez/2013
Servidores TAE	151	148	459	560	551	659

Hoje o quadro de lotação⁵ conta com 916 servidores técnico-administrativos em educação, sendo 527 servidores de Nível “D” e 389 servidores de Nível “E”. Desse total, atualmente estão ocupados⁶ 291 cargos de Nível “D” e 317 cargos de Nível “E”.

Em vista disso, políticas institucionais que busquem melhorar a qualidade de vida no trabalho, junto com uma contínua capacitação e qualificação, são necessárias para maior valorização dos técnicos-administrativos, colaborando assim para a sua permanência e efetividade na Instituição.

⁵ Conforme Anexo II da Portaria interministerial MPOG/MEC nº 461 de 20/11/2013.

⁶ Dados atualizados até 07/11/2013

PDI UNIPAMPA

2014-2018

6. CORPO DISCENTE

FORMAS DE ACESSO

O processo seletivo é realizado por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), da Secretaria de Educação Superior/MEC, utilizando exclusivamente as notas obtidas pelos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

A seguir, apresentam-se os dados do processo seletivo 2013:

Quadro 2 - Cursos e vagas ofertadas no Processo Seletivo SiSU 2013

CAMPUS	CURSOS OFERECIDOS	VAGAS
Alegrete	Ciências da Computação	50
	Engenharia Civil	50
	Engenharia Elétrica	50
	Engenharia Mecânica	50
	Engenharia Agrícola	25
	Engenharia de Software	50
	Engenharia de Telecomunicações	50
Bagé	Engenharia de Computação	50
	Engenharia de Alimentos	50
	Engenharia de Energias Renováveis e Ambiente	50
	Engenharia de Produção	50
	Engenharia Química	50
	Física – Licenciatura	50
	Matemática – Licenciatura	50
	Letras – Hab. em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa; Hab. em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e respectivas literaturas; Hab. em Língua Portuguesa, Língua Espanhola e Respectivas Literaturas – Licenciatura	100
	Química – Licenciatura	50
	Música – Licenciatura	25
Caçapava do Sul	Geofísica	40
	Geologia	50
	Ciências Exatas – Licenciatura	50
	Mineração – Tecnólogo	40
	Engenharia Ambiental e Sanitária	50
Dom Pedrito	Zootecnia	50
	Enologia	50
	Agronegócios – Tecnólogo	50
	Ciências da Natureza – Licenciatura	50
Itaqui	Agronomia	50

PDI UNIPAMPA

2014-2018

	Ciência e Tecnologia de Alimentos	50
	Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia – Noturno	75
	Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia – Integral	75
	Nutrição	50
	Engenharia de Agrimensura	50
	Matemática – Licenciatura	50
Jaguarão	Letras – Hab. Português/Espanhol - Licenciatura – Integral	50
	Letras – Hab. Português/Espanhol - Licenciatura – Noturno	50
	Gestão de Turismo – Tecnólogo	50
	História – Licenciatura	50
	Pedagogia – Licenciatura	50
	Produção e Política Cultural	50
Santana do Livramento	Administração – Matutino	50
	Administração – Noturno	50
	Gestão Pública – Tecnólogo	50
	Relações Internacionais	50
	Ciências Econômicas	50
São Borja	Comunicação Social – Jornalismo	50
	Comunicação Social – Publicidade e Propaganda	50
	Ciências Sociais - Ciência Política	50
	Serviço Social	50
	Relações Públicas	50
	Ciências Humanas	50
São Gabriel	Ciências Biológicas	30
	Ciências Biológicas – Licenciatura	30
	Engenharia Florestal	50
	Gestão Ambiental	50
	Biotecnologia	50
Uruguaiana	Enfermagem	50
	Farmácia	50
	Fisioterapia	50
	Medicina Veterinária	80
	Educação Física - Licenciatura	50
	Aquicultura - Tecnólogo	50
	Ciências da Natureza - Licenciatura	50
TOTAL		3120

Fonte: PROPLAN

OUTRAS FORMAS DE INGRESSO

Conforme estabelece a Resolução CONSUNI 29/2011, as vagas não preenchidas no processo seletivo são ofertadas em editais específicos. O Processo Seletivo Complementar é destinado aos estudantes vinculados a instituições de Ensino Superior, aos portadores de diplomas que desejam ingressar na UNIPAMPA e aos ex-discentes da Universidade, em situação de abandono ou cancelamento de curso e que desejam reingressar. As vagas são oferecidas nas categorias de Reingresso, Transferência Voluntária e Portador de Diploma.

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E COMUNITÁRIA

Com abrangência institucional, a Política de Assistência Estudantil e Comunitária é considerada de extrema importância por viabilizar o acesso ao Ensino Superior Público Federal, no âmbito da democratização e da inclusão social, por promover a permanência e a conclusão de curso pelos acadêmicos, a formação ampla e qualificada, bem como por combater as desigualdades sociais e regionais e a retenção. Ações na área da assistência estudantil resultam diretamente em indicadores, tais como captação de alunos, permanência, evasão, retenção e desempenho acadêmico.

De forma articulada, a Política de Assistência Estudantil e Comunitária tem contribuído para o alcance de objetivos institucionais, propondo-se a atuar a partir das seguintes dimensões: do acesso ampliado à Universidade; do estímulo e da permanência do educando nas atividades de ensino, pesquisa e extensão; da qualidade do desempenho acadêmico; da formação universitária cidadã; do desenvolvimento de condições à cultura, ao esporte e ao lazer; do impulsionamento às temáticas e às proposições dos acadêmicos; da inclusão e da acessibilidade para acadêmicos com deficiência.

As políticas desenvolvidas na UNIPAMPA são baseadas no que foi estabelecido pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil do MEC (PNAES - Decreto n.º 7.234/2010), pelo Plano de Desenvolvimento Institucional e pelas demais legislações pertinentes, sendo também guiada pelos seguintes princípios:

PDI UNIPAMPA 2014-2018

- Inclusão universitária plena, que proporcione o acesso de estudantes e a continuidade dos estudos a todos, igualmente, incluindo os grupos que historicamente estiveram à margem do direito ao Ensino Superior público;
- Igualdade de direitos ao atendimento das demandas dos acadêmicos;
- Democratização das informações sobre o acesso e as finalidades potencializadoras dos planos, programas, projetos, benefícios e ações;
- Equidade na atenção aos acadêmicos na estrutura *multicampi*;
- Compromisso de apoio às formas de participação e de organização dos acadêmicos;
- Participação da comunidade universitária;
- Descentralização no acompanhamento dos estudantes, assegurando equipe técnica qualificada nas Unidades da Universidade.

Os programas têm sido ampliados em relação ao quantitativo de concessões de auxílios financeiros, considerando as metas de expansão de matrícula dos ingressantes. Além disso, os seus valores têm sido reajustados periodicamente, dentro das possibilidades orçamentárias.

Na UNIPAMPA têm sido realizados esforços para implantar o restaurante universitário e a moradia estudantil para cada uma das dez Unidades universitárias. Atualmente, como Política Institucional de alimentação subsidiada, a UNIPAMPA adota o “Talheres do Pampa”, nome dado para facilitar a identificação/reconhecimento do Programa junto à comunidade.

A Universidade avança no sentido de desenvolver projetos que assegurem a totalidade do atendimento ao estudante, tais como na área de saúde física e mental, esporte, lazer, informática, de apoio à organização estudantil, línguas estrangeiras, entre outros.

A ampliação da Política também perpassa a ampliação do quadro de pessoal para atendimento ao estudante, em cada *campus*, com equipe multiprofissional constituída, pelo menos, por Pedagogo, Psicólogo, Assistente Social e Técnico em Assuntos Educacionais no âmbito dos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDE), a fim de garantir a execução e articulação das ações de acessibilidade e inclusão, das atividades de cultura, lazer e esporte, das ações de acompanhamento aos cotistas, das políticas de ações afirmativas e dos demais projetos. Em 2010,

houve a implantação do quadro de Assistentes Sociais e, a partir disso, outros profissionais foram compondo as equipes dos NuDEs.

Para execução das ações de assistência estudantil, são utilizados recursos provindos do PNAES, havendo complementação de recursos próprios da Instituição. Além disso, há um esforço conjunto dos dirigentes para captação de mais recursos junto ao MEC.

Programas e Ações de Assistência Estudantil

São desenvolvidos programas institucionais que visam melhorar as condições de acesso e de permanência dos acadêmicos na Universidade, bem como contribuir com a qualificação do processo pedagógico, em uma perspectiva de formação plena e cidadã. Na UNIPAMPA são planejados e oferecidos os seguintes programas:

Programa Bolsas de Permanência

No ano de 2009, foi implantado o Programa Bolsas de Permanência (PBP). Esse Programa auxilia os estudantes de graduação, em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica. O PBP atua em duas frentes, pois, ao mesmo tempo em que viabiliza a permanência na Universidade, possibilitando a continuidade dos estudos e evitando a evasão, vincula a manutenção a critérios acadêmicos, a fim de promover a melhoria do desempenho acadêmico e evitar a retenção.

No Programa Bolsas de Permanência, o estudante pode receber auxílios financeiros nas seguintes modalidades, conforme solicitação do estudante e comprovação da necessidade:

- Auxílio-alimentação – contribui com as despesas decorrentes das necessidades de refeição diária do aluno;
- Auxílio-moradia – atende aos alunos cuja residência é externa ao município onde está localizado o seu Campus ou que não residam em região urbana pertencente ao município do seu Campus e que necessitam fixar residência em região urbana no município do seu Campus;

- Auxílio-transporte – contribui com as despesas de transporte vinculadas às atividades acadêmicas regulares.

São realizadas edições anuais de seleção para entrada de beneficiários no Programa. Para se inscrever, o estudante necessita apresentar a documentação exigida nos termos do edital, a fim de comprovar sua situação de vulnerabilidade socioeconômica, juntamente com o formulário de inscrição.

A seleção dos bolsistas ocorre de acordo com o estabelecido em edital, havendo, necessariamente, etapas de inscrição, seleção, recursos e divulgação de resultados. A seleção compreende a avaliação socioeconômica pela equipe técnica, formada por profissionais de Serviço Social, com base na documentação apresentada e considerando os critérios estabelecidos no edital, cujo trabalho resultará na classificação dos beneficiados, de acordo com a ordem de prioridade de concessão do benefício. Essa etapa culminará na divulgação dos resultados no site e nos murais institucionais. Durante a seleção e o acompanhamento dos beneficiários, poderão ser realizadas entrevistas e visitas domiciliares, a critério do Assistente Social.

O estudante que ingressa no Programa poderá receber os benefícios até encerrar suas atividades letivas por ocasião da colação de grau, desde que continue atendendo aos critérios acadêmicos (semestral) e de renda (anual), por meio de comprovação periódica ao Núcleo de Desenvolvimento Educacional de sua Unidade.

Para manter-se no Programa, o estudante deve apresentar desempenho acadêmico igual ou superior a 60% nas disciplinas em que estiver matriculado no semestre anterior, não obter nenhuma reprovação por frequência no semestre anterior, manter-se matriculado em, no mínimo, 20 créditos semanais e participar dos processos de reavaliações acadêmica e socioeconômica. A reavaliação acadêmica ocorre semestralmente e é realizada com base no histórico escolar do estudante beneficiário.

A quantidade e o valor dos auxílios são periodicamente revistos, considerando os limites orçamentário-financeiros da Instituição, sendo que os valores dos auxílios têm sido periodicamente reajustados. Esse Programa vem contribuindo, por meio do repasse de auxílio financeiro, para que os alunos

consigam manter-se focados nas atividades acadêmicas durante o período do curso de graduação.

Programa de Apoio à Instalação Estudantil

O Programa de Apoio à Instalação Estudantil (PBI), criado em 2010, é destinado aos estudantes ingressantes em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica, apresentando uma renda *per capita* mensal igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos nacional, e que necessitam fixar residência no município do seu Campus.

Assim, o PBI consiste na concessão de auxílio financeiro, em uma única parcela, para apoiar a instalação desses estudantes, os quais podem dispor do recurso para despesas com transportadora, aluguel e hospedagem inicial.

Para participar da seleção, o aluno deve estar devidamente matriculado e apresentar documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos do Programa, nos termos do edital, dentre os quais o formulário específico de inscrição.

Nesse momento de ingresso, os estudantes contam com o suporte dos NuDEs, que realizam mapeamento das possíveis ofertas de moradia nas cidades. Uma vez instalado, o estudante pode ser atendido por outras ações de assistência estudantil.

Programa de Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico

O Programa de Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico (PBDA) é realizado em parceria com as pró-reitorias da área acadêmica e permite que os estudantes previamente selecionados, nos termos do edital, adquiram experiência em uma das quatro modalidades de formação acadêmica: Iniciação à Pesquisa, Iniciação à Extensão, Iniciação ao Ensino (nas submodalidades Projeto de Ensino e Monitoria) e Iniciação à Gestão Acadêmica. Assim, o PBDA contribui para a manutenção financeira e permanência do aluno na Universidade e promove sua qualificação acadêmica e profissional.

Nesse Programa, os proponentes (docentes ou técnicos) apresentam planos de atividades para bolsistas, os quais são analisados conjuntamente com outros documentos requeridos no processo, conforme edital, tais como Currículo Lattes e projetos registrados. Nos casos das modalidades de ensino, pesquisa e extensão, as propostas são analisadas pelas respectivas comissões. Os requisitos que o estudante deve atender para concorrer a uma bolsa são apresentados em edital específico do Programa.

Programa de Apoio à Participação Discente em Eventos

O Programa de Apoio à Participação Discente em Eventos visa incentivar a participação dos estudantes em eventos relevantes para sua formação ao contribuir para as despesas inerentes à viagem. O valor do auxílio concedido varia de acordo com a localidade do evento e o período de participação do estudante.

O auxílio se destina a eventos cuja participação discente seja na condição de apresentador de trabalho, ministrante de oficina, membro de comissão organizadora e representante.

Programa de Moradia Estudantil João-de-Barro

O Programa de Moradia Estudantil João-de-Barro busca garantir uma estadia digna para os estudantes nos dez *campi*, oportunizando acolhimento e autonomia para pessoas em vulnerabilidade social.

Algumas finalidades do Programa:

- Apoiar a formação acadêmica de acordo com os avanços políticos, institucionais e também de conhecimento que a UNIPAMPA vem estabelecendo por meio de uma moradia segura e com qualidade;
- Garantir proteção, acolhimento e organização, possibilitando, de forma segura, o estabelecimento do aluno, durante seu processo de formação, no município onde a UNIPAMPA está situada;

- Fomentar na comunidade acadêmica a cultura da autonomia, da solidariedade e do acolhimento na condição de estudante;
- Criar espaço de convivência e de desenvolvimento de projetos de extensão e de realização de eventos artísticos e culturais;
- Apoiar a mobilidade estudantil nacional e internacional.

Programa de Alimentação Subsidiada Talheres do Pampa

O Programa de Alimentação Subsidiada Talheres do Pampa consiste na concessão de refeições subsidiadas aos alunos de graduação, oferecendo à comunidade acadêmica uma alimentação nutricionalmente balanceada e que observe os preceitos da segurança alimentar.

Ao ingressar na Universidade, os alunos de graduação passarão automaticamente a ter direito ao subsídio parcial, uma vez que uma parcela do valor será subsidiada.

Aos alunos com comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica, nos termos de edital do Programa, será concedido subsídio integral da refeição.

Programa de Ações Afirmativas

Esse Programa busca garantir políticas que visem o pleno desenho de estratégias que potencializem o acesso e a permanência de parcelas sociais historicamente segregadas no Ensino Superior, bem como o sucesso acadêmico, em uma perspectiva de educação inclusiva e reflexiva.

Dentre as políticas de inclusão, a UNIPAMPA desenvolve o Projeto Anauê (Presença Indígena). Nesse Projeto se prevê o acompanhamento de estudantes indígenas aldeados, por meio de três linhas: a) Promoção da Interculturalidade como processo educativo importante para a convivência harmônica entre os povos, o que envolve a concessão de uma bolsa de desenvolvimento acadêmico ao indígena, com a finalidade de proporcionar sua iniciação científica e a familiarização com o mundo acadêmico por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão que contemplam a temática indígena, promovendo uma ligação entre o curso e as

demandas e saberes indígenas; b) apoio pedagógico aos estudantes indígenas, para minimização de barreiras culturais e linguísticas, o que inclui a disponibilização de aluno monitor e de professor tutor; c) apoio financeiro para instalação e permanência dos estudantes indígenas. Em processo seletivo específico realizado no primeiro semestre de 2012, ingressaram na Universidade sete indígenas aldeados.

Além do Programa Anauê, a UNIPAMPA busca estabelecer e garantir, por meio das cotas, o ingresso às pessoas afrodescendentes no Ensino Superior, conforme as normativas legais que regem esse tema.

Dessa maneira, a UNIPAMPA busca desenvolver programas de acesso e permanência de alunos de classes sociais menos favorecidas ao/no Ensino Superior.

A ampliação da assistência estudantil tem sido um imperativo norteador da gestão como um todo, bem como a diversificação das ações para abranger a formação integral do educando, e não apenas, tão somente, a assistência básica. Destaca-se aqui, sobretudo, a importância de acompanhamento social e pedagógico do estudante assistido, a fim de se assegurar que o resultado seja atendido: permanência sem retenção e sucesso acadêmico.

Princípios:

- Ingresso planejado com condições para o acesso;
- Apoio pedagógico com acompanhamento e formação integral
- Permanência sem retenção, com equidade nas políticas de permanência;
 - Apoio à organização e convivência estudantil;
 - Apoio à mobilidade acadêmica nacional e internacional por meio de ajuda de custo para exames de proficiência, obtenção de visto e auxílio-moradia e/ou alimentação no intercâmbio;
 - Inclusão às línguas estrangeiras por meio de Bolsas para matrícula e material didático dos cursos de línguas ou implementação de cursos de língua em cada campus.

7. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional revela a forma como são estabelecidas as relações entre as diferentes atividades executadas e os níveis hierárquicos da Instituição. Essa estrutura deve ser compreendida como flexível e sistêmica, traduzindo a composição das necessidades acadêmicas, institucionais e da sociedade perante os desafios a esta colocados e reflete questões de organização, amadurecimento organizacional e as instâncias de decisões administrativas e suas diferentes relações.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL COM AS INSTÂNCIAS DE DECISÃO

Atualmente, a estrutura organizacional originária definida em Estatuto tem a seguinte composição: a Administração Superior, as Unidades Universitárias e os Órgãos Complementares. Nesse sentido, a Administração Superior da Universidade, conforme o Estatuto é composta por:

Art. 15. São órgãos da Administração Superior da UNIPAMPA:
I - Conselho Universitário;
II - Conselho Curador;
III - Comissões Superiores;
IV - Reitoria.

O Conselho Universitário, como órgão da Administração Superior, tem seu regimento apresentado na Resolução nº 33. De acordo com o seu Regimento, “O CONSUNI é o órgão máximo da UNIPAMPA, com competências doutrinárias, normativas, deliberativas e consultivas sobre a política geral da Universidade”.

A Resolução CONSUNI nº 26 define o Conselho Curador como “o órgão superior de controle e fiscalização da gestão econômico-financeira da UNIPAMPA, observada a legislação vigente”.

As Comissões Superiores incumbem-se da articulação entre a Comissão Superior de Ensino, Comissão Superior de Pesquisa e Comissão Superior de Extensão. Essas comissões são “órgãos consultivos, normativos e deliberativos nas áreas específicas de suas respectivas competências, com atribuições e funcionamento definido no Regimento Geral da Universidade”.

O outro órgão da Administração Superior é a Reitoria, que é atualmente estruturada pela Portaria nº 367, de 18 de abril de 2013, e apresentada no organograma por meio das Unidades Administrativas: Gabinete, órgãos de natureza institucional e Pró-Reitorias, cada uma com suas atribuições definidas em Regimento. De acordo com seu estatuto, “A Reitoria, exercida pelo Reitor, é o órgão executivo de planejamento, coordenação, supervisão, avaliação e controle de todas as atividades universitárias”.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ACADÊMICA

A UNIPAMPA apresenta sua estrutura organizacional de forma integrada e sistêmica englobando a Reitoria, as Pró-Reitorias, os órgãos complementares e também as Unidades Universitárias. Através da Estrutura Organizacional, a Universidade organiza seus fluxos e a distribuição do trabalho no âmbito da Reitoria e das Unidades Universitárias. Por consequência, essa Estrutura não é estática, apesar de representar os órgãos que existem até o momento, podendo ser expandida conforme a necessidade. O organograma da Instituição está em estudo para que se alcancem os objetivos propostos neste Plano, sendo que a estrutura atual está disposta na Portaria nº 367, de 18 de abril de 2013, e publicada no Boletim de Serviço 24/2013.

ÓRGÃOS COLEGIADOS: COMPETÊNCIA E COMPOSIÇÃO

Com a aprovação do Estatuto, foram implantados os seguintes órgãos colegiados: Conselho Universitário (como órgão superior de decisão institucional e competências doutrinárias, normativas, deliberativas e consultivas sobre a política geral da Universidade), Conselho Curador, Comissões Superiores de Ensino,

Pesquisa e Extensão e Conselhos de Campus (como órgão de decisão colegiada normativo, consultivo e deliberativo no âmbito da Unidade Universitária).

No âmbito da educação, essa modalidade de gestão é caracterizada pelo envolvimento da comunidade acadêmica (dirigentes, discentes, docentes, técnico-administrativos e representantes da comunidade externa), cuja participação se realiza por meio dessas instâncias colegiadas. Os órgãos colegiados têm possibilitado a implementação de uma forma de gestão em que diferentes segmentos da comunidade acadêmica participem dos processos decisórios e do acompanhamento, execução e avaliação das ações nas Unidades.

Os Conselhos Superiores e Conselhos de Campus possuem estruturas e funcionamento distintos e foram definidos no Estatuto da Universidade.

Também existem outros órgãos colegiados criados para atender determinações legais ou organizacionais:

- Comissão de Ética;
- Comissão de Curso;
- Comitê de Ética em Pesquisa;
- Comissão de Ética no Uso de Animais;
- Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo;
- Comissão Permanente de Licitações;
- Comissão Própria de Avaliação;
- Comitê Local de Avaliação (um para cada Unidade Universitária);
- Comissão Central de Avaliação;
- Núcleo Docente Estruturante dos Cursos de Graduação (um para cada curso);
- Conselho Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Conselho Diretor do Parque Tecnológico;
- Conselho Coordenador de Bibliotecas.
- Comissão de Apoio Técnico-Pedagógico
- Comissão de Coleta Seletiva Solidária;
- Comissão Especial de Estudos sobre “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

ÓRGÃOS DE APOIO À ATIVIDADE ACADÊMICA

Atualmente, a Universidade possui como órgãos de apoio à atividade acadêmica: o Hospital Universitário Veterinário (HUVet), o Sistema de Bibliotecas (SisBi), a Coordenadoria de Laboratórios, o Parque Tecnológico do Pampa (PampaTec), o Centro de Interpretação do Pampa (CIP) e a Coordenadoria de Educação a Distância (CEaD) em suas respectivas áreas de atuação, permitindo à Universidade alcançar outros públicos por meio desses órgãos, colaborando com diferentes desafios na execução das atividades da Instituição.

AUTONOMIA DA IES EM RELAÇÃO À MANTENEDORA

A UNIPAMPA, Instituição Federal de Ensino Superior, é uma fundação pública, vinculada ao Ministério da Educação. Conforme disposições legais, a Universidade tem autonomia didático-científica, financeira, administrativa e disciplinar.

A universidade é mantida, principalmente, com recursos do Orçamento Geral da União, recursos de convênios e também pela geração de receita própria.

RELAÇÕES E PARCERIAS COM A COMUNIDADE, INSTITUIÇÕES E EMPRESAS

A realização de diversos projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos pela Universidade depende da existência de diferentes parcerias. Acordos, protocolos de cooperação técnico-científica, protocolos de parcerias, acordos de cooperação e convênios (entre outros) são executados pela Instituição em diferentes níveis e em todas as Unidades Acadêmicas e Administrativas. Essas parcerias com órgãos públicos ou com a iniciativa privada permitem a troca de informações e a concretização de ações que necessitam de recursos ou de diferentes formas de apoio.

A UNIPAMPA conta com parcerias na consecução de seus objetivos. Devido à dispersão geográfica, há necessidade de que cada campus interaja com as

PDI UNIPAMPA 2014-2018

instituições da sua região. Outra peculiaridade é a proximidade com o Uruguai e a Argentina, propiciando diversas parcerias internacionais para o desenvolvimento mútuo. Por fim, cumpre salientar que a Universidade está inserida em uma região carente de recursos materiais e de pesquisa incentivando ações por parte de todos na construção dos projetos.

Essa situação específica justifica o grande número de acordos e convênios já firmados e advindos dos *campi* para contribuição nas mais variadas atividades. É possível citar como principais parceiras: as prefeituras municipais que sediam os dez *campi* (Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana); o Governo Estadual, principalmente aqueles órgãos com competência nas questões de Educação, Pesquisa e Promoção da Inovação; instituições públicas como Hospitais Municipais, Empresas ou Institutos de Pesquisas, públicos ou não; agenciadores e promovedores públicos privados da Ciência e Tecnologia, como a FINEP e a CAPES; cooperativas e associações, regionais ou não; Instituições de Ensino Superior localizadas no Estado e algumas estrangeiras; agências intermediadoras de estágio e diferentes empresas privadas no âmbito de sua atuação.

A UNIPAMPA oferece apoio às iniciativas individuais ou coletivas de parcerias que elevem o nome da Universidade nos órgãos oficiais e não oficiais, regionais e estrangeiros. A gestão dessas parcerias tem a função de implementar a política de parcerias, propostas à UNIPAMPA, com diversos setores da sociedade. Esses setores são orientados, registrados e acompanhados em sua execução por um órgão interno na Reitoria que também recebe as prestações de contas e encaminha para análise jurídica (quando pertinente) e aos demais órgãos os relatórios dos convênios firmados pela Universidade.

8. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A constituição da Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado permanente que tem como atribuição o planejamento e a condução dos processos de avaliação interna, foi deflagrada no final do ano de 2009, vindo efetivamente a realizar ações avaliativas na Instituição, no ano de 2010, quando também foi expedida a portaria de constituição da Comissão por ato da Reitora.

A principal característica da CPA/UNIPAMPA, expressa em seu Regimento, é a sua composição. A Comissão organiza-se em Comitês Locais de Avaliação (CLA), sediados nos *campi* e compostos pelos segmentos da comunidade acadêmica - um docente, um técnico-administrativo em educação, um discente e um representante da comunidade externa -, e em uma Comissão Central de Avaliação (CCA) que, além de reunir de forma paritária os membros dos CLAs, agrupa os representantes das Comissões Superiores de Ensino, Pesquisa e Extensão. Tal composição visa garantir, a partir do reconhecimento das peculiaridades de cada *campus* e das três atividades fins da Universidade (ensino, pesquisa e extensão), a globalidade da Instituição, de forma a garantir a unidade institucional, apesar da diversidade que caracteriza a Instituição *multicampi*.

Essa composição parte ainda da premissa de que a realidade da Universidade só poderá ser desvelada, compreendida e transformada a partir do reconhecimento da peculiaridade de cada uma de suas dez Unidades e do protagonismo dos seus atores.

Os componentes da CPA são designados por portaria e contam com carga horária de até 8 horas semanais para participação da Comissão, conforme Regimento.

O Projeto da Avaliação proposto pela CPA baliza-se na legislação e nos referenciais teóricos afetos ao tema, bem como, no Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade, que anuncia as políticas, concepções e metas das áreas de ensino, pesquisa, extensão, gestão e assistência estudantil. Constituem-se como pauta do Projeto de Autoavaliação as dez dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) adaptadas às dimensões do Projeto Institucional supracitado, definindo assim as áreas de avaliação institucional, a saber: Ensino de Graduação; Ensino de Pós-Graduação; Pesquisa; Extensão;

PDI UNIPAMPA

2014-2018

Gestão; Infraestrutura; e Assistência Estudantil. As temáticas da EaD e da inclusão de alunos com necessidades especiais perpassa transversalmente essas áreas.

Para a avaliação de cada uma das dimensões, definiu-se inicialmente um conjunto de indicadores que, posteriormente, ao serem analisados pelas áreas afetas às dimensões avaliadas, foram por essas áreas validados. Tal validação foi necessária pelo entendimento de que o rol de indicadores que compõem o processo avaliativo deve ser responsável à realidade de cada área, para que seus resultados sejam, efetivamente, úteis às respectivas ações de planejamento.

Além disso, buscou-se cruzar essas dimensões com as definidas pelo SINAES, reconhecendo-as como referências de qualidades das Instituições de Ensino Superior, conforme pode ser visualizada no quadro a seguir:

Quadro 3 - Dimensões avaliadas

DIMENSÕES SINAES	DIMENSÕES UNIPAMPA
I. A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).	<ul style="list-style-type: none">• Gestão
II. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.	<ul style="list-style-type: none">• Ensino de Graduação• Ensino de Pós-Graduação• Pesquisa• Extensão
III. A responsabilidade social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.	<ul style="list-style-type: none">• Ensino de Graduação• Ensino de Pós-Graduação• Pesquisa• Extensão• Assistência Estudantil• Infraestrutura
IV. A comunicação com a sociedade.	<ul style="list-style-type: none">• Gestão
V. As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.	<ul style="list-style-type: none">• Gestão
VI. Organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.	<ul style="list-style-type: none">• Gestão
VII. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.	<ul style="list-style-type: none">• Infraestrutura
VIII. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.	<ul style="list-style-type: none">• Gestão

PDI UNIPAMPA

2014-2018

IX. Políticas de atendimento aos estudantes.	• Assistência Estudantil
X. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da Educação Superior.	• Gestão

Fonte: CPA

Por fim, foi definida a metodologia de condução dos processos de Avaliação Institucional, adequando o modelo de Rodrigues (2004, 2006), que articula os resultados dos processos avaliativos ao Planejamento Institucional e às peculiaridades da UNIPAMPA.

A vigência do projeto é de três anos, a contar do ano de 2012, e está organizado em ciclos avaliativos. Em cada ano, são avaliadas duas das sete dimensões definidas como focos de avaliação, a partir de indicadores quantitativos e qualitativos representativos da realidade da Instituição. Esses indicadores, nas etapas do processo avaliativo, são revisados tendo em vista a dinamicidade do processo e da realidade institucional.

A periodicidade de avaliação de cada uma das dimensões é apresentada no quadro abaixo:

Quadro 4 - Dimensão Avaliada por período

PERÍODO DE AVALIAÇÃO	DIMENSÃO
Anualmente	Ensino de graduação
1º ano	Extensão e gestão
2º ano	Pesquisa
3º ano	Ensino de pós-graduação
	Assistência estudantil
	Infraestrutura

Fonte: CPA

O processo de avaliação para cada uma das dimensões está organizado nas seguintes fases:

a) Planejamento do processo de avaliação: nessa fase, são revisados os indicadores de autoavaliação institucional apresentados de forma preliminar no projeto ora proposto, tendo como referências:

- Indicadores de qualidade previstos pelo SINAES;
- Plano de Desenvolvimento Institucional;

- Planos de gestão das Unidades e da Reitoria;
- Outros indicadores que revelem a qualidade da Educação Superior, como, por exemplo, os que estão sendo definidos pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão.

A revisão dos indicadores pretende dar flexibilidade ao processo de avaliação proposto. A cada fase da avaliação interna, os indicadores representativos da realidade avaliada deverão ser (re)pensados frente às alterações dessa realidade. Busca-se com essa revisão, além de verificar a adequação dos indicadores previamente definidos, avaliar sua pertinência com relação às expectativas da comunidade acadêmica quanto ao fazer institucional, de forma a construir na coletividade o sentimento de autoria e participação, necessário ao êxito do processo.

Nessa fase, também serão definidas as estratégias metodológicas de coleta e análise dos dados, bem como os atores que participarão do processo avaliativo.

b) Execução do processo de avaliação: nessa fase, ocorre o processo de coleta e análise das informações, precedido por ações de sensibilização da comunidade acadêmica para que participe efetivamente do processo de avaliação.

c) Análise da suficiência das informações: nessa fase, a CPA fará avaliação da completude das informações geradas e da necessidade de organização de ações complementares de coleta de informações.

d) Elaboração dos relatórios parciais de autoavaliação: após a coleta e análise das informações, serão gerados relatórios parciais de avaliação por dimensão e Unidade Universitária.

e) Apresentação dos resultados à comunidade acadêmica: uma vez produzidos os relatórios, esses serão apresentados para a comunidade acadêmica em eventos específicos para tal fim, visando à publicização dos seus resultados.

f) Inclusão dos resultados nas ações de planejamento vigentes: nessa fase, CCA e CLA realizarão reuniões de trabalho com as Unidades e Reitoria para apresentação dos resultados de avaliação, concitando a Unidade e seus gestores a incluir esses resultados em suas ações de planejamento. Essa inclusão será acompanhada, constituindo um dos aspectos a ser incluído na avaliação da dimensão gestão.

g) Meta-avaliação: nessa etapa, a CPA deverá fazer a avaliação do processo avaliativo, identificando fragilidades e potencialidades que poderão qualificar as etapas seguintes.

Após a realização da avaliação de todas as dimensões, será elaborado o relatório final que compreende o período de três anos do processo de autoavaliação institucional, que abrangerá os relatórios parciais elaborados de forma anual.

O ano seguinte ao término da vigência do Projeto objetiva a realização dos ajustes necessários. Para tanto, oficinas de discussão sobre o tema da avaliação institucional serão propostas nas 10 Unidades e na Reitoria, como forma de avaliar o ciclo avaliativo e adequar o Projeto de Avaliação Institucional para o próximo ciclo.

9. INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

INFRAESTRUTURA FÍSICA

A UNIPAMPA é composta por dez *campi* e conta com uma área total de 542,34 hectares. Em área construída, atinge 123.710 m². Dentre esses espaços, há salas de aulas, laboratórios, bibliotecas, áreas administrativas, áreas do Centro de Interpretação do Pampa e áreas destinadas a experimentos, como a Estância do Pampa, situada na cidade de Dom Pedrito, conforme pode ser observado na Tabela 3.

Tabela 3 - Área física dos *campi* em hectares e metros quadrados construídos

Campus	Área Física (ha)	Área Construída ⁷ (m ²)
Alegrete	46,53	13.267
Bagé	30,12	25.929
Caçapava do Sul	4,96	7.468
Dom Pedrito	27,50	7.720
Itaqui	24,49	9.615
Jaguarão	4,29	9.158
Santana do Livramento	0,55	7.828
São Borja	51,86	8.313
São Gabriel	19,39	9.053
Uruguaiana	248,64	24.047
Estância do Pampa	87,00	280
Centro de Interpretação do Pampa	0,69	1.032
Total UNIPAMPA	542,34	123.710

Fonte: PROPLAN, PRORAD

O processo de implantação vivenciado na UNIPAMPA como uma instituição *multicampi* apresenta muitos desafios a sua comunidade, em especial ao atendimento das demandas de infraestrutura, uma vez que são necessárias implantações de dez *campi* em cidades diferentes.

A Instituição não tem medido esforços em ampliar, em forma de novas construções, as estruturas para atender e qualificar o desenvolvimento das Unidades Universitárias. Entretanto, essa organização *multicampi* impõe muitos

⁷ Metragem atualizada em novembro de 2013

obstáculos, que têm sido superados à medida que as equipes são fortalecidas e que se aplicam conceitos de planejamento e processo participativo de tomada de decisões, garantindo que a comunidade em geral se torne partícipe do processo, de forma que essa possa ajudar a planejar as dinâmicas dos laboratórios, as demais estruturas e as áreas que demandam especificidades elencadas pelos servidores.

Uma das principais estratégias almejadas pela Instituição para o desenvolvimento da infraestrutura física é a equalização entre as Unidades Universitárias, de forma a permitir que todos caminhem juntos na busca pelos objetivos institucionais. Assim, essa é a principal meta para a consolidação da infraestrutura. Por esse motivo, projetos de implantação das unidades estão sendo desenvolvidos para que os *campi* possuam a identidade das edificações e das urbanizações previstas, respeitando as singularidades pré-existentes nos terrenos e na ocupação dos solos. Dessa forma, a comunidade poderá discutir o Plano Diretor dos *Campi*.

Ainda, tem-se avançado na implantação de políticas de sustentabilidade, elaborando projetos que contemplam questões de aproveitamento de águas das chuvas e utilização de materiais visando à eficiência energética, além de outros que ofereçam melhor conforto térmico, possibilitando a redução do consumo de energia. No que tange à acessibilidade universal, estão sendo concebidos espaços, edificações, mobiliários e equipamentos acessíveis a fim de atender os conceitos de acessibilidade. Porém, há de se avançar nessas questões não apenas para deficientes com impossibilidade de locomoção, mas também para os que possuem restrições de visão e audição.

Muitas políticas de construção estão sendo planejadas pelas equipes, a fim de que se possa ter um crescimento rápido, mas que este não impeça um crescimento consciente e sustentável.

Bibliotecas

O Sistema de Bibliotecas (SisBi) é composto pelo Conselho Coordenador de Bibliotecas, Coordenação do Sistema de Bibliotecas, Comissões Locais de Bibliotecas dos *Campi* e pelas dez bibliotecas das Unidades Universitárias

PDI UNIPAMPA 2014-2018

localizadas em seus respectivos *campi*. O SisBi tem por eixo norteador a gestão participativa entre seu órgão Coordenador, o Sistema de Bibliotecas e a comunidade acadêmica. Considerando que as bibliotecas possuem natureza dinâmica e altamente dependente de inovações tecnológicas que influenciam e determinam o consumo e geração de conhecimentos na Universidade, é de vital importância a atualização dos recursos existentes.

Pode-se acompanhar a evolução do acervo, no período 2007-2013, nas tabelas 4 e 5, verificando o crescimento anual do acervo bibliográfico, fato esse que demonstra o investimento contínuo da Universidade.

Tabela 4 - Acervo bibliográfico no período 2007-2013

	Total de Exemplares	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Livros	185.729	4.967	13.968	32.887	65.379	98.922	148.670	185.719
Periódicos	104	0	2	6	72	72	104	104
Vídeos DVDs	686	0	0	2	35	57	98	686
CD-ROM	2.948	51	173	355	1.020	1.479	2.074	2.948

Fonte: SIE em 30/11/2013

Tabela 5 – Acervo por *campus* no período 2007 - 2013

Cidade	Títulos						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Alegrete	619	1.510	3.968	8.191	13.319	17.757	19.804
Bagé	0	3.323	7.978	14.702	20.340	24.003	28.775
Caçapava	0	458	1.283	2.313	5.047	6.821	9.946
Dom Pedrito	0	473	1.765	3.117	3.983	6.233	8.169
Itaqui	655	726	1.795	4.689	7.533	13.164	16.116
Jaguarão	0	750	2.494	8.919	12.531	20.464	25.833
Santana do Livramento	0	424	1.510	4.062	5.633	8.109	12.444
São Borja	2.400	3.581	5.093	8.268	13.992	22.319	29.260
São Gabriel	668	1.287	3.155	4.051	6.113	8.201	9.539
Uruguiana	625	1.436	3.846	7.067	10.317	21.476	25.729
Total	4.967	13.968	32.887	65.379	98.922	148.670	185.719

Fonte: SIE em 30/11/2013

PDI UNIPAMPA

2014-2018

Horários de funcionamento

Quadro 5 - Horários de funcionamento das bibliotecas

Campi	Segunda a sexta		Sábados
	Manhã	Tarde/Noite	
Alegrete	08:00 às 12:00	13:00 às 22:00	
Bagé	08:00 às 12:00	13:00 às 22:00	
Caçapava	08:00 às 12:00	12:00 às 21:30	
Dom Pedrito	08:00 às 12:00	13:30 às 22:00	
Itaqui	08:00 às 12:00	13:00 às 21:00	
Jaguarão	09:00 às 12:00	13:30 às 17:00 18:00 às 21:30	Quinzenalmente 10:00 às 12:00 e 12:15 às 14:00
Santana do Livramento	08:00 às 12:00	13:30 às 21:30	
São Borja	10:00 às 12:00	12:00 às 20:50	
São Gabriel	08:00 às 12:00	12:00 às 20:00	
Uruguaiana	08:00 às 12:00	13:00 às 21:20	

Fonte: Coordenação do Sistema de Bibliotecas

Serviços oferecidos

Consulta local das obras na biblioteca: acervo aberto, possibilitando ao usuário o manuseio das obras. Os usuários podem consultar localmente o acervo, que é oferecido a toda a comunidade, mesmo as pessoas que não possuem qualquer vínculo com a Instituição, só não podem proceder com a retirada de obras do acervo.

Empréstimo domiciliar: serviço oferecido para alunos, professores e técnicos, permitindo a retirada de material bibliográfico por período determinado.

Portal de Periódicos CAPES: os usuários podem acessar o Portal CAPES a partir de uma das bibliotecas através de terminal, ou externamente através de configuração do proxy institucional.

Consulta, renovação e reservas ao acervo via WEB: os alunos podem consultar o acervo disponível na biblioteca, fazer reserva e renovação através de endereço eletrônico.

Acesso a e-books: coleção 2008 de livros eletrônicos da editora Springer, com aproximadamente 3.500 livros disponíveis em texto completo, abrangendo diversas áreas. Além de permitir acesso aos conteúdos, também dá direito à

impressão ou “downloads”, já que os direitos autorais estão inclusos no contrato. O acesso é realizado a partir de qualquer terminal ligado à Internet localizado na Instituição, ou por esta autorizado através de uso do proxy institucional.

Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos: a orientação acerca de normalização de trabalhos acadêmicos pode ser acessada através de endereço eletrônico.

Ficha Catalográfica: a catalogação na fonte gera uma ficha catalográfica, a qual é impressa no verso da página de rosto de um livro, tese ou dissertação. A ficha deve ser feita quando a obra está em fase de impressão, sendo a ficha obrigatória para efeito de depósito legal e recomendada pela ABNT.

Empréstimo entre Bibliotecas: permite o empréstimo de materiais entre as bibliotecas da Instituição. Para a realização dos pedidos, é necessário que o item solicitado não exista ou não esteja disponível no acervo da biblioteca solicitante.

10. ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O respeito à diferença como um valor é anunciado entre as intencionalidades da Universidade, devendo ser materializado nas políticas, objetivos e metas que pretendem realizar a Universidade desejada. Esse compromisso deve estar amplamente estabelecido e materializado nas políticas de ensino, de pesquisa, de extensão e de gestão, cuja pretensão é garantir o acesso, a permanência e o sucesso de acadêmicos e de servidores com deficiência na Instituição, em ambientes inclusivos, conforme preconizado pelo Decreto nº 6.949/2009. Entende-se, de acordo com esse Decreto, que:

a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação das pessoas na sociedade em igualdade de oportunidade com as demais pessoas.

Desse modo, além de ser indispensável garantir a acessibilidade física, de acordo com a ABNT NBR 9050, faz-se necessário sensibilizar a comunidade acadêmica quanto aos direitos e aos deveres no desenvolvimento de espaços acessíveis e inclusivos, além de realizar uma política institucional de acessibilidade e inclusão que garanta o direito de todos à participação plena na Universidade.

A Política de Acessibilidade e Inclusão da Universidade deve atender aos acadêmicos com deficiência para que participem integralmente das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, bem como os servidores e membros da comunidade externa.

A materialização desse compromisso com os acadêmicos vem sendo fomentada e articulada institucionalmente, de forma transversal, por meio do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA). É papel do NInA, em articulação com as demais Unidades da Universidade, “eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência” (Decreto n.º 7.691/2011).

O referido núcleo foi criado no ano de 2008 atendendo inicialmente apenas a uma acadêmica cega do Curso de Jornalismo do Campus São Borja, razão pela qual foi estruturado inicialmente na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e

PDI UNIPAMPA 2014-2018

Comunitários (PRAEC), que funciona nessa Unidade Universitária. Com o aumento do número de acadêmicos com deficiência nos diferentes *campi* da Universidade, foram criadas as Comissões de Acessibilidade em cada Unidade Universitária, formadas por servidores – técnico-administrativos e docentes - indicados pela Coordenação Acadêmica, cujo objetivo era descentralizar as ações do NInA, assumindo a articulação das demandas locais de acessibilidade. Em seguida, foram instituídos os Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDE), formados por servidores técnicos do Apoio Pedagógico e da Assistência Estudantil, que assumiram a operacionalização das ações de acompanhamento aos acadêmicos, incluindo o atendimento àqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Desde então, o NInA vem coordenando as ações de inclusão e acessibilidade, que incluem formação continuada de docentes e técnicos, orientação aos NuDE para estruturação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), aquisição de recursos de acessibilidade, como impressoras Braille, leitores de livros para as bibliotecas de todos os *campi*, mobiliário adaptado para pessoas que utilizam cadeiras de roda, lupas eletrônicas, entre outros. O Núcleo também propõe uma política institucional que abrange acessibilidade arquitetônica, na comunicação e informação, nos projetos pedagógicos dos cursos, nos materiais pedagógicos e recursos acessíveis.

Dentre as ações do NInA, ressalta-se a execução do Programa INCLUIR – Acessibilidade na Educação Superior do Ministério da Educação, que orienta a estruturação de seu trabalho nos seguintes eixos de ação: infraestrutura, acessibilidade ao currículo, acessibilidade aos projetos de extensão e de pesquisa.

A efetivação de suas ações, entretanto, envolve o compromisso e a colaboração entre servidores dos dez *campi* e de diferentes áreas e coordenadorias ligadas à Reitoria para a organização de conhecimentos, competências e recursos, além da operacionalização da acessibilidade de modo transversal a sua rotina acadêmica e administrativa. Apesar da descentralização da política e das ações do NInA, em 2010, para as Comissões de Acessibilidade dos *campi*, atualmente compondo os NuDEs dos *campi*, foram percebidas algumas dificuldades no trabalho em rede para reunir competências, sincronizar demandas com a disponibilidade de recursos (materiais e humanos), clarificar as responsabilidades dos atores

PDI UNIPAMPA 2014-2018

envolvidos institucionalmente na efetivação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva e para promover a garantia dos direitos reiterados na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Designou-se, portanto, em julho de 2012, a Comissão Especial de Inclusão e Acessibilidade (Portaria nº 597/2012), que trabalhou em um diagnóstico geral das condições de acessibilidade da UNIPAMPA, tendo como referência o Documento Orientador do Programa INCLUIR - Acessibilidade Da Educação Superior. Esse diagnóstico foi compilado no Relatório Técnico de Inclusão e Acessibilidade na UNIPAMPA e amplamente difundido na comunidade universitária. Um de seus efeitos foi a constituição, em setembro de 2013, do Grupo Gestor *pro tempore* do NInA (Portaria nº 914/2013), vinculado diretamente à Reitoria, tendo como atribuições: (1) contribuir com a definição da política de Inclusão e Acessibilidade durante o processo de construção do Plano de Desenvolvimento Institucional 2014 - 2018; (2) apoiar a implementação da Política de Inclusão e Acessibilidade em interface com a gestão superior e a Unidades Acadêmicas.

Desde então, o grupo tem promovido ações articuladas com as áreas, o que envolve diálogos com a gestão da Universidade, acompanhamento da redação do Plano de Desenvolvimento Institucional, diagnóstico da situação da inclusão de alunos com deficiência nos *campi*, organização para atendimento a demandas de capacitação de servidores, assessoramento aos NuDE dos *campi*, orientações para a qualificação de concursos para ingresso de Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), indicação de infraestrutura material e humana que contribua à organização de uma Universidade inclusiva conforme preconiza o Decreto nº 9.649/2009.

Tendo em vista a acessibilidade como uma política de acesso e desenho universal, várias são as áreas envolvidas na garantia dessa condição. No que tange à acessibilidade física, observa-se que nas instalações próprias em construção está previsto o cumprimento do Decreto nº 5.296/2004, de forma a entregar estruturas totalmente acessíveis. A acessibilidade arquitetônica deve ser garantida em todos os ambientes da Universidade, promovendo o direito de todos de ir e vir com autonomia. Essa garantia independe da matrícula de estudantes com deficiência na Instituição. Desse modo, devem ser realizadas as adequações necessárias para que

PDI UNIPAMPA 2014-2018

os ambientes da Universidade, existentes e novos, atendam ao disposto na legislação vigente.

Quanto à acessibilidade pedagógica, a educação inclusiva tem aparecido explicitamente como o princípio balizador dessa política. A compreensão ampliada da noção de educação e da própria inclusão não comporta uma visão fragmentada de que alguns temas são atribuições de apenas alguns segmentos, espaços ou profissionais. A educação é naturalmente um dispositivo de inclusão de todos e de cada um, e nessa mesma linha de compreensão devem estar os processos da Instituição nas atividades acadêmicas vinculadas aos processos de ensino-aprendizagem, pesquisa, extensão e gestão de forma integrada e transversal, permeando as políticas acadêmicas estabelecidas pela Universidade.

A acessibilidade à comunicação é outro imperativo, destacando-se o serviço executado pelo Tradutor/Intérprete de LIBRAS e também os recursos de tecnologia assistiva e os materiais pedagógicos acessíveis. Embora esses serviços, recursos e materiais sejam efetivados mediante demanda pelos acadêmicos com deficiência matriculados e pelos participantes nos processos de seleção para ingresso e atividades de extensão desenvolvidas pela Instituição, é responsabilidade da Universidade provê-los em todas as atividades acadêmicas e administrativas. Mesmo considerando alguns avanços na formação continuada de servidores e na aquisição de recursos para o desenvolvimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a UNIPAMPA deve prever, em seu quadro de profissionais, cargos e códigos de vagas que contribuam à efetiva inclusão das pessoas com deficiência na vida universitária.

Quanto à organização do atendimento prioritário, imediato e diferenciado para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte, dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete de – LIBRAS, entende-se, no momento, que são necessários encaminhamentos de: diagnóstico das condições de provimento do atendimento prioritário em espaços de atendimento ao público nos *campi* (ex.: biblioteca, Secretaria Acadêmica e Núcleo de Desenvolvimento Educacional); compartilhamento do diagnóstico como processo informativo e formativo; diálogo

com as equipes diretivas dos *campi* para encaminhamentos; formação para promoção do atendimento prioritário, imediato e diferenciado.

A promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência, em condições de igualdade com as demais pessoas, envolve pensar tudo o que é compartilhado na vida universitária na perspectiva do Desenho Universal. Trata-se, portanto, de um trabalho que deve ser realizado de modo articulado, portanto, intersetorial e interprofissional. A articulação com o poder público local também é imprescindível, de modo a garantir a acessibilidade nas imediações da Universidade e no transporte público.

Dado o exposto, a Política Institucional de Inclusão e Acessibilidade tem sido desenvolvida na perspectiva de garantir a todos os acadêmicos as condições para seu pleno desenvolvimento, com remoção gradativa das barreiras à participação e à aprendizagem, à luz do entendimento contemporâneo para a inclusão educacional e da legislação vigente.

11. ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS

A UNIPAMPA tem suas receitas provenientes de fontes do Governo Federal e diretamente arrecadadas. Esses recursos são distribuídos por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA). Uma pequena parte dos recursos anuais da Universidade advém de créditos extraordinários que poderão advir de outros órgãos do Governo Federal e também de emendas parlamentares.

Os recursos oriundos de fontes do Governo Federal são destinados para o custeio das despesas com pessoal, instalações, bens móveis e imóveis, bem como para os investimentos necessários em obras e são distribuídos conforme critérios estabelecidos pela gestão.

A Instituição tem captado recursos financeiros de órgãos governamentais e por meio de emendas parlamentares. Merecem destaque as dotações de recursos obtidas de órgãos públicos – em especial da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior (CAPES), do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) e do Ministério de Ciência e Tecnologia. A captação desses recursos tem contribuído significativamente para o crescimento do orçamento anual (variação entre o valor da abertura e do fechamento do orçamento anual). Esses recursos também viabilizaram diversos projetos de infraestrutura e de apoio a grupos de pesquisa.

Outras fontes de arrecadação legalmente previstas contribuem para a sustentabilidade financeira institucional, tais como: doações da União, dos Estados, dos Municípios ou de qualquer entidade pública ou privada ou por meio de convênios e/ou outras formas de colaboração.

Desde sua criação até 2012, a UNIPAMPA esteve inserida no Programa do Governo Federal de novas IFES, possuindo em todos esses anos um aporte financeiro por meio do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), como pode ser analisado (Tabela 6), o qual se tornou substancial com o passar dos anos para atender às demandas Institucionais.

PDI UNIPAMPA 2014-2018

Tabela 6 - Participação da UNIPAMPA no REUNI

Ano	Capital	Custeio
2010	40.000.000	9.782.500
2011	68.950.000	3.000.000
2012	13.498.586	1.040.752
2013	30.000.000	6.000.000

Fonte: LOA

Em 2013, a UNIPAMPA passou a participar da distribuição dos recursos por meio da Matriz de Orçamento de Custeio e Capital (OCC) apresentada pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Em comparação com 2012, houve um aumento de 72,57% (vide Tabela 7) de recursos repassados pela Matriz de OCC. Mesmo assim, devido ao grande crescimento estrutural e acadêmico da UNIPAMPA em 2013, o aporte que provém do REUNI foi mantido.

Tabela 7 - Participação da UNIPAMPA na Matriz de Outros Custeios e Capital

Ano	2011	2012	2013
Matriz OCC	9.162.823	13.105.940	22.617.400

Fonte: LOA

A Matriz de OCC é um instrumento de distribuição de recursos às Universidades Federais destinados a outras Despesas Correntes (sem pessoal e benefícios) e de Capital. A distribuição do orçamento de custeio e capital para cada Universidade Federal é feita com base em sua participação no conjunto das Universidades Federais do País, segundo o critério a seguir:

$$\text{Matriz OCC} = 80\% \text{ (aluno equivalente)} + 20\% \text{ (índice de qualidade e produtividade)}$$

O aluno equivalente é o principal indicador utilizado para fins de análise dos custos de manutenção das Instituições Federais de Educação Superior (IFES). O cálculo desse indicador foi objeto de estudos realizados pela Secretaria de Educação Superior do MEC e pela ANDIFES. Para o cálculo do aluno equivalente,

são utilizados quatro indicadores parciais, referentes às atividades educacionais nos seguintes níveis: Graduação, Mestrado, Doutorado e Residência Médica.

ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA ANUAL

A UNIPAMPA elabora anualmente sua proposta orçamentária buscando atender ao cronograma orçamentário estabelecido pelo MEC e cumprir os prazos governamentais para elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). Esse processo envolve um conjunto articulado de tarefas complexas e um cronograma gerencial e operacional com especificação de etapas, de produtos e da participação das unidades gestoras da Universidade, o que pressupõe a constante necessidade de tomada de decisões nos seus vários níveis.

As unidades gestoras recebem planilhas orçamentárias nas quais deverá ser registrado um detalhamento dos projetos previstos para o ano seguinte. Posteriormente, é traçada uma proporcionalidade entre o que está planejado e os recursos distribuídos pela LOA, visto que um dos principais obstáculos à gestão planejada decorre, direta ou indiretamente, da limitação orçamentária.

A distribuição interna dos recursos possui alguns parâmetros que são determinados por meio de indicadores. Os parâmetros permitem, por meio da distribuição dos recursos orçamentários, a implementação de políticas de desenvolvimento.

Os recursos distribuídos aos *campi* têm seu cálculo na Matriz de Custeio, que é recalculada e discutida anualmente, tendo como base em sua metodologia a Matriz de OCC do MEC. Essa distribuição busca uma equidade entre as Unidades, sem, no entanto, deixar de considerar as peculiaridades de cada uma. A distribuição e a execução do Orçamento da Universidade deverão sempre ser pautadas pelo princípio da transparência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995. Dispõe sobre a Jornada de Trabalho dos Servidores da Administração Pública Federal Direta, das autarquias e das fundações públicas federais, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006. Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

BRASIL. Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1990.

BRASIL. Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1993.

BRASIL. Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 2000.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 2000.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 2004.

BRASIL. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 2005.

BRASIL. Lei nº 11.640, de 11 de janeiro de 2008. Institui a Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 2008.

BRASIL. Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei

PDI UNIPAMPA 2014-2018

nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, e 8.168, de 16 de janeiro de 1991; revoga o art. 4º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 2012.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 461, de 20 de novembro de 2013. Publicada no Diário oficial da União de 21 de novembro de 2013, Seção 1, pg. 71.

BRASIL. Resolução nº 02, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno, 2002.

Universidade Federal do Pampa. Portaria nº 367, de 18 de abril de 2013.

Universidade Federal do Pampa. Resolução nº 5, de 17 de junho de 2010. Regimento Geral.

Universidade Federal do Pampa. Resolução nº 18, de 25 de novembro de 2010. Regimento PampaTec.

Universidade Federal do Pampa. Resolução nº 19, de 25 de novembro de 2010. Regimento NTIC.

PDI UNIPAMPA 2014-2018



Universidade Federal do Pampa. Resolução nº 23, de 16 de dezembro de 2010.
Plano de Desenvolvimento de Pessoal.

Universidade Federal do Pampa. Resolução nº 24, de 16 de dezembro de 2010.
Programa de Capacitação.

Universidade Federal do Pampa. Resolução nº 26, de 03 de fevereiro de 2011.
Normas Eleição Membros CONCUR.

Universidade Federal do Pampa. Resolução nº 29, de 28 de abril de 2011. Normas Básicas de Graduação.

Universidade Federal do Pampa. Resolução nº 31, de 30 de junho de 2011.
Regimento do Sistema de Bibliotecas (SisBi).

Universidade Federal do Pampa. Resolução nº 33, de 29 de setembro de 2011.
Regimento do Conselho Universitário da UNIPAMPA.

Universidade Federal do Pampa. Resolução nº 36, de 25 de novembro de 2011.
Programação de Ações de Capacitação dos Servidores 2011/2012.

Universidade Federal do Pampa. Elementos do Projeto Político-Pedagógico de Cursos de Graduação da UNIPAMPA. Bagé, Novembro, 2011.

Universidade Federal do Pampa. Inclusão e Acessibilidade na UNIPAMPA (Relatório Técnico). Bagé, Dezembro, 2012

Universidade Federal do Pampa. Resolução nº 55, de 25 de abril de 2013. Normas Concursos Públicos Cargo Professor.

ANEXO I – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2014-2018

Excelência Acadêmica

Objetivo 1 - Aperfeiçoar o Ensino de Graduação

Iniciativa	Indicador
Busca pela excelência nas Unidades Acadêmicas, pela qualidade dos cursos de graduação e pela melhoria dos índices de avaliação externa e autoavaliação.	Porcentagem (%) de crescimento por ano dos indicadores de avaliação dos cursos por dimensão: didático-pedagógica, corpo docente, recursos e infraestrutura, desempenho discente.
Ampliação da oferta de vagas através da criação de novos cursos	N.º de cursos criados. N.º de vagas criadas.
Criação de mecanismos que permitam ou favoreçam a mobilidade discente entre as Unidades Acadêmicas.	Resolução interna elaborada. Porcentagem (%) de cursos com mobilidade <i>intercampi</i> .
Inclusão, nos PPCs, de conteúdos temáticos referentes à Acessibilidade e ao Desenho Universal.	Porcentagem (%) de cursos que contemplam a temática.
Estímulo à oferta de componentes curriculares relativos a desenvolvimento sustentável nos cursos.	Porcentagem (%) de cursos que ofertam o componente.
Oferta do componente curricular complementar LIBRAS nos cursos de bacharelado e tecnólogo.	Porcentagem (%) de cursos com oferta do componente curricular de LIBRAS.
Provimento de bibliografia básica, complementar e periódicos em formatos acessíveis.	Porcentagem (%) de bibliografia acessível para pessoas com deficiência, adquirida em relação à bibliografia solicitada.
Desenvolvimento de ações interdisciplinares entre os diferentes cursos da Instituição.	N.º de PPCs entre <i>campi</i> que proporcionem o contato com diferentes áreas do conhecimento.
Revisão dos PPCs dos cursos de graduação.	Porcentagem (%) de PPCs revisados e atualizados.

PDI UNIPAMPA

2014-2018

Estímulo à adoção de tecnologias de ensino inovadoras, com caráter interdisciplinar.	Porcentagem (%) de cursos com propostas de uso de tecnologias de ensino inovadoras com caráter interdisciplinar.
Implementação de programas de complementação em conhecimentos básicos e aperfeiçoamento em conhecimentos de áreas específicas para aprendizagem discente.	Porcentagem (%) de campus com programas implementados.
Estímulo ao desenvolvimento de projetos de ensino, articulando atividades de pesquisa, extensão e gestão acadêmica.	N.º de projetos de ensino com propostas que articulem ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica.
Definição de Políticas de apoio para os cursos interdisciplinares com diversas ênfases na formação.	Política Criada

Objetivo 2 - Aperfeiçoar o Ensino de Pós-Graduação

Iniciativa	Indicador
Busca pela excelência (qualidade) nos Programas de Pós-Graduação.	N.º de cursos avaliados pela CAPES com conceito 6.
	N.º de cursos avaliados pela CAPES com conceito 5.
	N.º de cursos avaliados pela CAPES com conceito 4.
Ampliação da Pós-Graduação.	N.º de cursos novos de Mestrado ofertados na Universidade.
	N.º de cursos novos de Doutorado ofertados na Universidade.
Ampliação da cooperação com instituições nacionais e internacionais para intercâmbios e projetos de cooperação que fomentem a pesquisa e o ensino de pós-graduação.	N.º de convênios celebrados.
Ampliação das ações articuladas entre o ensino de pós-graduação e as políticas de pesquisa.	N.º de ações realizadas.
Ampliação das ações coletivas para formação de núcleos de pesquisa.	N.º de ações realizadas.

PDI UNIPAMPA

2014-2018

Ampliação do apoio à captação de recursos externos para incremento da infraestrutura e oportunidades de financiamento.	N.º de projetos aprovados em editais externos.
Definição de ações de apoio aos Programas de Pós-Graduação <i>multicampi</i>	N.º de ações definidas.
Fornecimento de bibliografia básica, complementar e periódicos em formatos acessíveis.	Porcentagem (%) de bibliografia acessível para pessoas com deficiência adquirida em relação à bibliografia solicitada.

Objetivo 3 - Aperfeiçoar as ações de Pesquisa

Iniciativa	Indicador
Desenvolvimento de um sistema de gestão de informações sobre linhas de pesquisa, laboratórios existentes e produção intelectual.	Sistema implantado.
Incentivo à iniciação científica, tecnológica e em inovação.	N.º de grupos apoiados. N.º de bolsas de iniciação científica.
Criação de um programa institucional de avaliação das atividades de pesquisa que permita à Instituição balizar sua importância na comunidade científica.	Programa criado.
Captação de apoio financeiro em órgãos de fomento nacionais e internacionais.	N.º de projetos de pesquisa aprovados em editais externos.
Oportunização de mobilidade de docentes pesquisadores para realização de suas pesquisas.	N.º de docentes pesquisadores/pós-doutorandos em mobilidade por agência de fomento.
Criação de políticas de incentivo à formação e consolidação de grupos de pesquisa.	N.º de editais publicados.
Apoio à divulgação da produção científica e tecnológica, em periódicos certificados pela CAPES, e à publicação de livros e capítulo de livros.	N.º de editais de apoio à divulgação e publicação.

PDI UNIPAMPA
2014-2018

Incentivo à participação de pesquisadores em eventos científicos.	N.º de editais.
Incentivo às atividades de pesquisa relacionadas aos Programas de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>.	N.º de editais.
Apoio à publicação científica.	N.º de editais.

Objetivo 4 - Aperfeiçoar a Extensão Universitária.

Iniciativa	Indicador
Realização de ações permanentes de formação e qualificação de extensionistas.	Nº de ações realizadas.
Apoio financeiro às ações de extensão por meio do lançamento de editais para concessão de recursos.	N.º de editais por ano.
Proposição de atividades artísticas e culturais, colaborando para concretização do Plano Nacional de Cultura.	N.º de atividades promovidas em parceria com a comunidade externa na região. N.º de atividades nos campi.
Participação em instâncias representativas da sociedade organizada (conselhos, comitês, associações, fóruns municipais, estaduais, nacionais ou internacionais) responsáveis pela formulação de políticas públicas em áreas estratégicas para o desenvolvimento social.	N.º de servidores membros das instâncias representativas. N.º de instâncias externas que contam com representantes da Universidade.
Realização de seminário anual dedicado à reflexão de alternativas para superação dos problemas sociais da região.	N.º de participantes do seminário.
Desenvolvimento de ações de formação continuada para profissionais da Educação Básica, colaborando com a concretização do Plano Nacional de Educação.	N.º de ações realizadas. N.º de profissionais capacitados.
Desenvolvimento equânime de todas as áreas temáticas da extensão.	N.º mínimo de propostas cadastradas por área temática.

PDI UNIPAMPA
2014-2018

Ampliação do número de ações de extensão ofertadas pela Universidade.	N.º de novas ações registradas.
Qualificação dos processos de acompanhamento da execução das ações de extensão.	N.º de reuniões com coordenadores de ação nos <i>campi</i> .
Qualificação das ações de extensão executadas na Universidade.	N.º de propostas aprovadas em editais nacionais.
Ampliação quantitativa das bolsas de extensão.	N.º de novas bolsas.

Objetivo 5 - Aperfeiçoar as ações de Educação a Distância.

Iniciativa	Indicador
Incentivo à inclusão de EaD na comunidade universitária por meio de cursos de capacitação.	N.º de cursos ofertados.
	N.º de pessoas capacitadas.
Ampliação do uso da EaD como apoio à aula presencial.	Nº de componentes curriculares que utilizem a EaD.
Fomento à produção de objetos de aprendizagem para o uso em EaD.	N.º de editais.
Incentivo ao uso de componentes curriculares na modalidade EaD para cursos reconhecidos.	Porcentagem (%) de cursos com componentes curriculares em sua matriz curricular.
Oferta de cursos de extensão na modalidade EaD.	N.º de ações de extensão na modalidade EaD.
Credenciamento da UNIPAMPA no Ministério da Educação para a oferta de cursos de graduação e pós-graduação na modalidade EaD.	Credenciamento.
Oferta de vagas no Ensino Superior através de cursos na modalidade EaD.	N.º de vagas ofertadas.
Criação da infraestrutura necessária para implantar as ações de EaD.	N.º de laboratórios de informática dedicados à modalidade no âmbito do ensino, da

PDI UNIPAMPA

2014-2018

	pesquisa e da extensão.
Oferta de cursos de formação continuada envolvendo a temática da Acessibilidade, do Desenho Universal e da Educação Inclusiva na modalidade EaD.	N.º de cursos desenvolvidos.
	N.º total de participantes nos cursos.
Credenciamento dos <i>campi</i> da UNIPAMPA como polos de EaD.	N.º de polos credenciados.
Ofertar cursos de graduação e pós-graduação em cidades próximas aos <i>campi</i> da UNIPAMPA, em polos já constituídos através de convênios.	N.º de polos criados em cidades que não possuem <i>campus</i> da UNIPAMPA.

Objetivo 6 – Implantar a Editora Universitária e disseminar o conhecimento através dela.

Iniciativa	Indicador
Criação da Política de Editoração Universitária.	Regimento da Editora aprovado.
Criação da infraestrutura necessária para funcionamento da Editora.	Prédio construído.

Objetivo 7 - Qualificar a participação da Universidade em projetos de Inovação.

Iniciativa	Indicador
Estabelecimento de convênios e acordos para transferência tecnológica.	N.º de convênios firmados.
Fomento à criação de incubadoras.	N.º de incubadoras criadas.
Incentivo a ações voltadas às atividades que envolvam inovação tecnológica.	Edital publicado.
Ampliação e consolidação da participação da Universidade em projetos de inovação, empreendedorismo e sustentabilidade.	N.º de projetos.
Apoio ao Núcleo de Inovação Tecnológica.	Núcleo consolidado.

PDI UNIPAMPA

2014-2018

Incentivo ao registro de patentes, propriedade intelectual e programas de computador.	N.º de patentes. N.º de propriedade intelectual. N.º de programa de computador.
Incentivo à cultura empreendedora em servidores e discentes.	N.º de ações desenvolvidas.
Fomento à interação entre grupos de pesquisa da Instituição com o setor produtivo.	N.º de instrumentos firmados.

Objetivo 8 - Promover e desenvolver atividades integrativas de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária.

Iniciativa	Indicador
Criação de redes de laboratórios interdisciplinares e multiusuário.	N.º de laboratórios implantados. N.º de redes criadas.
Promoção de Evento Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (SIEPE).	N.º de participantes. N.º de trabalhos apresentados.
Inserção de iniciativas/ações de pesquisa e extensão, enquanto parte integrante dos currículos e como eixos articuladores da relação teoria-prática.	Porcentagem (%) de PPCs de graduação com previsão de ações de pesquisa e extensão na matriz curricular.
Fortalecimento dos programas de iniciação científica, de ensino e extensão.	N.º de bolsas.
Fortalecimento da política de valorização e reconhecimento das boas práticas acadêmicas, visando a partilha para a construção de uma comunidade aprendente.	Porcentagem (%) de crescimento do número de projetos e programas implementados que levem em conta práticas acadêmicas inovadoras.
Fomento à criação de cursos nas áreas das Ciências Humanas e Artes.	N.º de cursos criados.

Objetivo 9 - Apoiar a integração entre cursos e dos cursos com a comunidade.

PDI UNIPAMPA
2014-2018

Iniciativa	Indicador
Inserção dos acadêmicos na realidade de atuação profissional através de projetos de ensino-aprendizagem.	N.º de editais de projetos de ensino-aprendizagem.
Ampliação das estratégias de integração com as redes de Educação Básica, estabelecendo parcerias com vistas à qualidade da formação dos discentes.	N.º de instrumentos firmados.
Avaliação das necessidades regionais quanto à criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, presenciais e/ou à distância.	N.º de ações realizadas com essa finalidade.

Objetivo 10 - Garantir o Atendimento Educacional Especializado (AEE) transversalizado no Ensino, na Pesquisa e na Extensão.

Iniciativa	Indicador
Garantia dos recursos de acessibilidade.	N.º de recursos adquiridos.
Organização de espaço físico, nas Unidades Acadêmicas, para guarda e manuseio dos recursos de acessibilidade.	Espaço físico organizado em cada Unidade Acadêmica.
Elaboração e acompanhamento dos planos de AEE.	Porcentagem (%) de planos elaborados e acompanhados, considerando-se o número de alunos com deficiência matriculados.

Objetivo 11 - Construir a internacionalização como política institucional perpassando todos os níveis de atuação, através da cooperação bilateral e multilateral com instituições internacionais para ampliação do Programa de Mobilidade de toda a comunidade acadêmica.

Iniciativa	Indicador
Estímulo à mobilidade internacional estudantil, de docentes e de técnicos, por meio da participação em palestras, minicursos e seminários.	N.º de atividades por ano.
Adesão a novos grupos e consórcios de cooperação acadêmico-científica.	N.º de novas adesões.

PDI UNIPAMPA

2014-2018

Promoção da oportunidade de intercâmbios.	N.º de vagas contempladas em editais para mobilidade internacional.
Captação, implementação e acompanhamento de acordos, convênios e programas interuniversitários internacionais.	N.º de convênios assinados.
	N.º de acordos e convênios tramitando.
Ampla divulgação de oportunidades acadêmicas internacionais junto aos discentes e servidores.	N.º de inscritos.
Assegurar a possibilidade de um período de ajuste ao acadêmico estrangeiro na UNIPAMPA, em que ele possa usufruir da moradia estudantil e da alimentação subsidiada, enquanto organiza os trâmites de aluguel e se apropria das realidades da cidade.	Porcentagem (%) de estudantes internacionais contemplados.

Objetivo 12 - Implementar uma Política Linguística em nível institucional, incluindo o aperfeiçoamento do corpo discente, docente e administrativo para favorecer a inserção internacional.

Iniciativa	Indicador
Incentivo à criação de núcleo de idiomas em todos os campi, composto por servidores com formação profissional para a disseminação do aprendizado para oferta de cursos.	N.º de turmas ofertadas por semestre.
	N.º de alunos matriculados por semestre.
	N.º de concluintes por semestre.
	N.º de línguas diferentes ofertadas.
Mapeamento do número de professores que estejam já capacitados a oferecer disciplinas em língua estrangeira e incentivar a oferta de disciplinas em língua estrangeira junto ao corpo docente da UNIPAMPA.	N.º de disciplinas ofertadas.
Incentivo aos servidores e acadêmicos com habilitação para o ensino da Língua Portuguesa a montarem e ministrarem cursos de português básico para alunos estrangeiros em mobilidade na UNIPAMPA.	N.º de profissionais inscritos à participação.
	Porcentagem (%) de inscritos.

Compromisso Social

Objetivo 1 - Acompanhar o discente.

Iniciativa	Indicador
Criação de política de monitoramento e avaliação do desempenho acadêmico dos discentes ingressantes por meio das ações afirmativas, dos demandantes de acessibilidade e daqueles com vulnerabilidade socioeconômica.	Política de monitoramento e avaliação do desempenho acadêmico definida.
Normatização interna que expresse os critérios exigidos ao candidato e a forma de avaliação dos referidos critérios para alunos com deficiência.	Normativa sobre os critérios para o ingresso de alunos pela cota de deficiência.
Construção de diretrizes para acompanhamento dos egressos.	Diretrizes criadas.

Objetivo 2 – Proporcionar condições para a permanência dos discentes na Universidade.

Iniciativa	Indicador
Acesso aos discentes a recursos para a participação em eventos externos.	Porcentagem (%) de discentes contemplados pelo Programa de Apoio à Participação Discente em Eventos.
Fornecimento de condições econômicas de permanência ao discente.	Porcentagem (%) de discentes contemplados com bolsa permanência em relação ao total de alunos em vulnerabilidade socioeconômica.
Subsídio para a alimentação aos discentes.	Porcentagem (%) de discentes em vulnerabilidade socioeconômica atendidos pelo restaurante universitário com subsídio integral.
	Porcentagem (%) de discentes em vulnerabilidade socioeconômica atendidos pelo restaurante universitário com subsídio parcial.
Subsídio do transporte urbano aos discentes em vulnerabilidade econômica.	Porcentagem (%) de discentes em vulnerabilidade socioeconômica atendidos pelo auxílio transporte.

PDI UNIPAMPA

2014-2018

Implantação da moradia estudantil.	N.º de moradias estudantis implantadas.
Implantação de uma política de ocupação das moradias estudantis com ampla discussão com a comunidade estudantil, considerando-se aspectos socioeconômicos.	Política implantada.
Implantação dos restaurantes e cantinas universitários.	N.º de restaurantes e cantinas implantadas.
Acompanhamento social e pedagógico do discente.	Porcentagem (%) de discentes atendidos.
Adequação da matriz curricular para discentes com necessidades educacionais especiais garantindo a qualidade de formação.	N.º de iniciativas para atender os discentes com necessidades educacionais especiais apresentadas nos currículos dos cursos.
Aperfeiçoamento do Programa Permanente de Acompanhamento Discente, visando à redução da retenção e evasão da Universidade.	Levantamento das boas práticas realizadas nos <i>campi</i> que possam ser replicadas. N.º de alunos atendidos com nivelamento.
Criação do Programa de Auxílio Financeiro ao Discente em Viagens Técnicas previstas nos componentes curriculares	Programa criado.

Objetivo 3 - Oferecer condições culturais, esportivas e de lazer.

Iniciativa	Indicador:
Criação e implementação da Política de Cultura, Esporte e Lazer.	Documento com a proposta de uma Política de Cultura, Esporte e Lazer. N.º de eventos e atividades culturais, esportivas e de lazer promovidas.
Oferta de espaços equalizados entre as Unidades, na infraestrutura da Instituição, que permita a prática de lazer e esporte.	N.º de espaços construídos.

Objetivo 4 – Desenvolver ações de aperfeiçoamento e qualificação de profissionais na área da Acessibilidade.

Iniciativa	Indicador
Aperfeiçoamento da atuação de trabalho do NuDE nas Unidades Acadêmicas.	Planejamento de aperfeiçoamento dos NuDEs elaborado. N.º de cursos oferecidos aos profissionais

PDI UNIPAMPA

2014-2018

	dos NuDEs.
Formação de Profissionais Tradutores e Intérpretes da LIBRAS para atender à comunidade acadêmica.	Criação de bacharelado na área. N.º de cursos de aperfeiçoamento na área de LIBRAS.

Aperfeiçoamento Institucional

Objetivo 1 - Adaptar a estrutura organizacional frente aos novos desafios e a estrutura *multicampi*.

Iniciativa	Indicador
Revisão do Estatuto e Regimento para adaptar a estrutura organizacional unificando as comissões superiores e englobando a Reitoria e as Unidades Acadêmicas.	Regimento apresentado.
	Estatuto apresentado.
Fortalecimento das secretarias acadêmicas.	Revisão da estrutura da secretaria acadêmica.
Criação da estrutura de Gabinete de Projetos.	N.º de gabinetes criados.

Objetivo 2 - Aperfeiçoar os processos de comunicação interna e externa.

Iniciativa	Indicador
Adequação dos fluxos de comunicação.	Porcentagem (%) de processos mapeados.
Definição de processos de Comunicação Social de acordo com o e-MAG⁸ e a ABNT NBR 15290.	Porcentagem (%) de notícias no portal da UNIPAMPA e nas porto-riais dos <i>campi</i> que observem o e-MAG. Porcentagem (%) de vídeos institucionais legendados ou com janela de intérprete de LIBRAS. Porcentagem (%) de podcasts institucionais com transcrição em texto.

Objetivo 3 - Garantir às pessoas com deficiência condições de acesso e permanência na Universidade.

Iniciativa	Indicador
Organização do atendimento prioritário,	N.º de intérprete de LIBRAS por Unidade Universitária.

⁸ O Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (eMAG) consiste em um conjunto de recomendações a ser considerado para que o processo de acessibilidade dos sítios e portais do governo brasileiro seja conduzido de forma padronizada e de fácil implementação.

PDI UNIPAMPA

2014-2018

imediato e diferenciado para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte, dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de Tradutor e Intérprete de LIBRAS.	N.º de bibliotecas com atendimento prioritário, imediato e diferenciado organizado. N.º de secretarias acadêmicas com atendimento prioritário, imediato e diferenciado organizado. Porcentagem (%) de veículos adaptados para o transporte de pessoas com deficiência.
Acervo pedagógico e cultural voltado para questões que visem garantir condições de igualdade às pessoas com deficiência.	Recursos disponibilizados. Planejamento de ações para adequação do acervo pedagógico e cultural apresentado.
Destinação de recursos específicos para aquisição de materiais ou serviços com vistas ao atendimento das pessoas com deficiência.	Porcentagem (%) de recursos disponibilizados.

Objetivo 4 - Desenvolver mecanismos que aperfeiçoem a gestão.

Iniciativa	Indicador
Avaliação e revisão periódica da distribuição dos recursos orçamentários levando em consideração as diferentes potencialidades e peculiaridades das Unidades Orçamentárias.	Revisão anual da metodologia de elaboração da distribuição orçamentária.
Promoção de ações que visem à qualificação do gasto público.	Diagnóstico dos gastos. Política criada.
Implantação de acompanhamento e avaliação contínua do PDI.	Publicação da avaliação anual. Relatório anual apresentado ao CONSUNI.
Apoio ao mapeamento de processos.	N.º de macroprocessos finalísticos mapeados. N.º de macroprocessos de apoio mapeados.
Implantação de Política Institucional de Segurança Pessoal e Patrimonial.	Política implantada.
Implantação de uma política para promover a renovação da frota de veículos.	Política implantada. N.º de veículos renovados no período.

PDI UNIPAMPA
2014-2018

Padronização do sistema de protocolo para uso externo e interno em todas as Unidades Universitárias.	N.º de Unidades Universitárias com sistema implantado em nível externo e interno.
---	---

Objetivo 5 - Implantar a infraestrutura de edificações necessárias às atividades acadêmicas e administrativas.

Iniciativa	Indicador
Construção de salas de trabalho para o corpo docente.	N.º de salas.
Promoção, em novas edificações, do uso de recursos e materiais sustentáveis.	N.º de edificações entregues.
Construção da infraestrutura própria para a Reitoria.	Projeto de edificação concluído. Início das obras.
Diagnóstico de acessibilidade, segundo ABNT NBR 9050, dos prédios próprios da Universidade.	Diagnóstico concluído.
Promoção de políticas de manutenção predial e de equipamentos elétricos/eletromáticos.	Políticas implantadas.
Revisão da política de fiscalização de obras.	Política revisada.
Construção de salas de atendimento ao corpo discente.	N.º de salas criadas.

Objetivo 6 - Ofertar serviços e soluções da Tecnologia da Informação e Comunicação para a comunidade universitária.

Iniciativa	Indicador
Implantação de sistemas de informação nas Unidades.	Calendário de implantação apresentado. N.º de sistemas entregues.
Adequação de serviços de TIC com foco na Educação a Distância.	N.º de serviços disponibilizados.
Promoção do uso das reuniões virtuais no âmbito da UNIPAMPA.	N.º de salas de videoconferência implantadas. N.º de reuniões virtuais realizadas.

Adequação do Portal, porteiros e sistemas de informação ao e-MAG.	Portal, porteiros e sistemas de informação adequados ao e-MAG.
Inclusão de acessibilidade como requisito para o desenvolvimento de novos sistemas.	Porcentagem (%) de sistemas desenvolvidos considerando a acessibilidade.
Inclusão de acessibilidade como requisito para a contratação de novos sistemas.	Porcentagem (%) de sistemas contratados com acessibilidade.
Ampliação da banda larga nas Unidades Universitárias.	N.º de Unidades Universitárias com banda larga ampliada.
Criação de sistema de informação para Avaliação Institucional.	Sistema criado.

Objetivo 7 - Promover a Sustentabilidade Ambiental.

Iniciativa	Indicador
Implantação do Plano de Logística Sustentável.	Plano implantado.
Promoção do descarte adequado dos Resíduos de Laboratórios.	N.º de ações realizadas.
Promoção de ações que visem o uso racional de recursos naturais, promovendo a sustentabilidade ambiental.	N.º de ações voltadas ao uso racional de recursos naturais que promovam a sustentabilidade ambiental.
Criação de um Comitê de Sustentabilidade ou Educação Ambiental.	Comitê criado.

Desenvolvimento Humano

Objetivo 1 - Acompanhar e apoiar o desempenho dos servidores.

Iniciativa	Indicador
Avaliação do desempenho qualitativo dos servidores.	Norma de Programa de Avaliação de Desempenho elaborada.
	Metodologia implantada através de instrumentos e sistema informatizado.
	Relatório de Avaliação de Desempenho com dados qualitativos publicados.
Construção da Política de Acompanhamento do Servidor em Estágio Probatório.	Política de Acompanhamento do Estágio Probatório implantada.

Objetivo 2 - Dimensionar as necessidades institucionais de pessoal.

Iniciativa	Indicador
Revisão do estudo sobre divisão das vagas de técnico-administrativos.	Revisão realizada.
Dimensionamento das necessidades institucionais de técnico-administrativos.	Diagnóstico das necessidades quantitativas e qualitativas de pessoal. Estudo realizado de dimensionamento da força de trabalho qualitativo nas Unidades Administrativas e Acadêmicas.
Revisão constante da matriz de distribuição do corpo docente entre as Unidades Acadêmicas.	Matriz revisada.
Definição de Política de Encargos Didáticos e Acadêmicos do Corpo Docente.	Política de Encargos Didáticos e Acadêmicos elaborada.

Objetivo 3 - Promover o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos servidores.

Iniciativa	Indicador
Formação pedagógica do corpo docente	N.º de eventos realizados.
	Porcentagem (%) de servidores docentes capacitados.
Formação de servidores para atender as	N.º de vagas oferecidas.

PDI UNIPAMPA

2014-2018

diferentes demandas da Inclusão e da Acessibilidade.	N.º de capacitações oferecidas.
Promoção de cursos de formação de gestores.	N.º de capacitações oferecidas.
Promoção de ações de desenvolvimento e aperfeiçoamento dos servidores utilizando a EaD.	Porcentagem (%) de ações proporcionadas utilizando a modalidade à distância.
Aperfeiçoamento das políticas de formação continuada que tenham como foco o aperfeiçoamento docente.	Plano para Formação Continuada Docente.
Oferta de cursos de formação inicial docente por meio do Programa Nacional de Formação de Professores (PARFOR).	N.º de cursos de Licenciatura ofertados pelo PARFOR ao ano.
Oferta de cursos de formação inicial docente, com viés interdisciplinar ou integrada.	N.º de cursos com viés interdisciplinar ou integrada.
Capacitação de servidores para o Atendimento Educacional Especializado.	N.º de servidores capacitados.
Revisão do Programa de Capacitação dos Servidores.	Programa de Capacitação revisado.
Criação de Plano de Qualificação Formal do Quadro de Servidores.	Plano criado.
	N.º de servidores beneficiados.
Reserva de 10% das vagas para qualificação de servidores técnico-administrativos em Programas de Pós-Graduação ofertados pela UNIPAMPA.	N.º de servidores qualificados.

Objetivo 4 – Aprimorar a gestão de pessoas buscando a qualidade de vida e saúde do servidor.

Iniciativa	Indicador
Levantamento dos motivos da rotatividade do quadro de servidores e implementação de políticas para reduzi-la.	Pesquisa realizada sobre os motivos da rotatividade.
	Porcentagem (%) redução da intenção de rotatividade.
Implantação do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho.	N.º de ações realizadas.
Realização de exames periódicos de saúde.	Porcentagem (%) de servidores atendidos em

PDI UNIPAMPA
2014-2018

relação ao n.º de servidores que tem direito à realização de exame anual.